

PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 279
MARÇO
1994
R\$ 1,00

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

RIEDEL PEDROSA



FHC CAI NA REAL

"REAL 2":

**A SOLUÇÃO É
DE CURTO PRAZO**

ENTREVISTA COM
PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

PÁGINAS 5 A 6

**CÂMBIO COLOCA O PLANO EM
XEQUE. AS MUDANÇAS
CONSTITUCIONAIS DO
GOVERNO QUEREM FAZER O
POVO PAGAR PELA CRISE E
LEILOAR O BRASIL.
SÓ A MOBILIZAÇÃO POPULAR
PODE BARRAR A OFENSIVA
CONSERVADORA.**

PÁGINAS 3 A 4 E 13 A 16

PT:

**UM BALANÇO DA
OPÇÃO DE ESQUERDA**

TENDÊNCIA
DEMOCRACIA SOCIALISTA

PÁGINAS 22 A 25

NESTA EDIÇÃO

Nacional ★ O PT e as emendas de FHC (p. 3) ★ A emenda pior que o soneto (p. 5) ★ RS: o PT e o governo Britto (p. 10) ★ O PT e o governo FHC (p. 13) ★ Oposição e alternativa de poder (p. 21)

México ★ A crise de um modelo (p. 7)

Uruguai ★ A esquerda dos pobres (p. 9)

Partido ★ Refiliação e reorganização do PT (p. 11) ★ Paraíba: um campo combativo (p. 12) ★ Contribuição ao balanço da Opção de Esquerda (p. 22) ★ Um campo de esquerda (p. 26)

Sindical ★ Disputando com os lucros (p. 17)

Programa ★ A questão nacional no Brasil (p. 18)

Cultura ★ Rainhas no deserto (p. 20)

Mulheres ★ Quem tem medo do 8 de março? (p. 28)

Um soco n'alma

Dia 27 de janeiro, chego em casa e recebo um soco n'alma: o Ícaro morreu, vá para o Instituto Médico Legal. Como nunca tinha visto-o triste, achando que ele não se importaria, resolvi ligar o rádio. Edu Lobo cantava: "Por toda terra que passo/ Me espanta tudo que vejo/ A morte tece seu fio/ De vida feito ao avesso/ O olhar que prende anda solto/ O olhar que solta anda preso".

Tecendo o seu fio a morte aquele dia pegou mais um. Não um qualquer, mas sim um companheiro que sempre procurou vãos de liberdade.

Ícaro não foi mito como o da história, mas procurou livrar a si e seus companheiros dos labirintos da exploração e da opressão, construindo o PT e o movimento sindical.

Conheci-o, há alguns anos atrás, numa reunião do PT, num local que mais tarde vim a saber, era sua casa. Não só naquela reunião, mas em muitas outras, ele sempre falou pouco. Mas como falar pouco não é sinônimo de tristeza, nunca o vi triste, nem sequer reclamando da vida. Não que não tivesse problemas, isso tinha

com certeza de montão.

Ícaro Ribeiro de Lima nasceu em 1960 e, com 34 anos, foi vítima de um dos mais assassinos trânsitos de nosso país, o de Curitiba.

Ele participou do PT desde 1988, sendo militante de núcleo de base de Vila Hauer e, durante um período, coordenador deste núcleo. Ulltimamente fazia parte da direção da micro-região de Curitiba e região metropolitana. Fez parte da primeira chapa cutista de oposição comercial de Curitiba.

Existe no PT grandes figuras públicas, que as vezes se destacam pelo que falam - principalmente quando é contra o PT - através da imprensa, e que são reconhecidos como os que constróem o partido. Mas existem também aqueles (e são milhares) que no cotidiano de suas vidas, com seus exemplos e suas lutas contróem, sendo poucas vezes reconhecidos. Ícaro era um desses valorosos companheiros. □

Floralvaldo Fier, o Dr. Rosinha, é deputado estadual pelo PT do Paraná.

Carta de Tarso Genro

O artigo de José Corrêa Leite, que desenvolve a tese da impossibilidade de qualquer processo de desenvolvimento distributivo na sociedade capitalista atual, questiona da seguinte forma, ironicamente, texto de minha autoria, publicado na Folha de São Paulo, em 07/10/94: "Será que o Tarso defende é que o PT proponha e encabece um novo pacto social entre os trabalhadores e o grande capital?"

Gostaria de registrar o seguinte:

1 - Não defendo que o PT proponha ou encabece qualquer pacto social entre trabalhadores e o grande capital.

2 - Discordo da visão que percorre o artigo de José Corrêa Leite de que não há possibilidade de desenvolvimento social na Brasil, a partir dos patamares de produtividade do nosso capitalismo com uma economia aberta. Mesmo porque

não defendo uma economia aberta, no sentido neoliberal ou chileno da expressão, mas sim uma economia regulada por um projeto de desenvolvimento orientado pelo Estado, em que a abertura é meio, jamais fim. A saber, a abertura não pode ser considerada, por si mesma, indutora do desenvolvimento social, mas um instrumento a ser usado concretamente e segundo uma visão estratégica de inserção na economia mundial desenvolvida.

Sustento que o fechamento da economia, como ocorreu na Albânia, é incapaz de sustentar qualquer tipo de projeto interno, transformador e efetivamente distributivo de renda, mas capaz de distribuir muita pobreza.

O artigo de José Corrêa Leite só concebe como oposição a "um projeto internacional tão ofensivo e tão regressivo como o neoliberalismo", um novo socialismo. Sou da mesma opinião. Só uma nova concepção de socialismo pode

se opor de maneira frontal à situação histórica presente.

Mas, o fundamental o artigo de José Corrêa Leite não consegue dizer, ou seja, enquanto não temos esse projeto, ou ele não é possível, como não o é, hoje, como propor alternativas de reformas que acumulem para este novo projeto?

Como articular, como reconhece o próprio artigo, "iniciativas para todas esferas da sociedade" sem articular a economia brasileira com a economia mundial? Aí José Corrêa Leite cai na pura generalidade: é nos marcos de um projeto nacional que galvanize tanto os setores assalariados, quanto os marginalizados da classe trabalhadora, que poderemos visualizar a universalização da cidadania para os brasileiros."

Eu não tenho receitas para esta complexidade. Empenho-me em dialogar para buscar soluções, sem imputar os meus adversários de opinião ironias que os desqualifiquem no debate." □

Colabore para a sustentação da imprensa militante. Assine EM TEMPO

Os assinantes que optarem pela assinatura de apoio receberão junto com o jornal, documentos de debate teórico. Com este número, será remetido o texto "*Globalização e estado nacional*", de Michel Husson.



EM TEMPO:

ASSINATURA ANUAL (10 edições)

Apoio R\$ 20,00 Normal R\$ 10,00

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: telefone: Cep:

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: 66 5550

O PT e as emendas de FHC

MIGUEL ROSSETO E JOAQUIM SORIANO

O governo FHC, amparado na vitória eleitoral que lhe proporcionou o Real, e num bloco de partidos que lhe da maioria parlamentar, apresenta ao Congresso Nacional um conjunto de "Propostas de Emendas à Constituição Federal".

Lembremos que foi na fracassada tentativa de "Revisão Constitucional" de 1993/4 que se criou o palco para o PSDB e o PFL encontrarem suas grandes identidades programáticas. O acordo, revelado à época, se dava em torno dos grandes temas do ajuste neoliberal.

Agora, diferente do que tinha anunciado antes, que privilegiaria os temas tributários e da previdência, FHC começa o que chama de "desconstitucionalização" pelo capítulo da Ordem Econômica.

Faz isso, de um lado, porque é justamente este ponto que reúne, hoje, o maior grau de consenso na base de sustentação do governo; de outro, porque agora as propostas de ajuste do governo, nomeadamente a questão da privatização dos monopólios estatais, ainda encontra ressonância favorável na sociedade. É provável que com as crises mexicana e argentina e o recente ajuste das "bandas cambiais" no Brasil, as propostas neoliberais do governo percam legitimidade, uma vez que a comparação com os fracassos da aplicação da receita em vizinhos tão próximos é imediata e o Plano Real já começa a dar "problemas". Eles muito provavelmente são maiores do que nos é dado conhecer, uma vez que as recentes medidas de desvalorização do Real se dão antes da eleição presidencial de 14 de maio na Argentina.

Apesar das diferenças existentes entre a Argentina, o México e o Brasil, do ponto de vista do parque industrial montado, do dinamismo da economia, das relações com o governo norte-americano e com as grandes empresas desse país, um aspecto os iguala de forma inquestionável: a direção política que os seus atuais governos querem empreender é a mesma - o chamado ajuste neoliberal.

As primeiras emendas apresentadas

As iniciativas do governo de modificação da Constituição são, até agora, as seguintes:

1) Sobre a Telebras e a Embratel. Suprime do inciso XI do art 21 a expressão "a empresas sob controle acionário estatal", ficando a redação assim:

"Art 21, inciso XI - explorar, diretamente ou diante concessão, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União".

2) Sobre a Petrobras - Altera o parágrafo 1º do Art. 177, ficando a redação assim: "A União poderá contratar com empresas privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições que a lei estabelecer." Quer dizer, permite que a União possa contratar com empresas privadas a realização das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural, refino de petróleo, importação e exportação de petróleo, gás e derivados, bem como o transporte marítimo de petróleo, derivados e gás natural, inclusive por meio de dutos.

3) Sobre o gás canalizado - Suprime do parágrafo 2º do art. 25 a expressão "a empresa estatal, com exclusividade de distribuição", ficando a redação assim:

Art 25, parágrafo 2º - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado".

4) Sobre a navegação de cabotagem - Nova redação ao Art. 178, que transfere para lei ordinária a regulação sobre a navegação de cabotagem.

5) Sobre empresa brasileira e exploração de recursos minerais - Suprime a expressão "de capital nacional" do inciso IX do art. 170 e do parágrafo 1º do Art. 176, e altera o Art. 177, que fica assim:

"Art. 171 - É considerada empresa brasileira a constituída

sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País.

Art. 176, § 1º - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira, na forma da lei, que estabelecerá as considerações específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas." Quer dizer, elimina a exclusividade da pesquisa e lavra de recursos minerais e ao aproveitamento de potenciais de energia hidráulica por empresa brasileira de capital nacional.

As justificativas do governo

Estas emendas são justificadas pelo governo com um mesmo padrão de argumentos:

* "alterações necessárias à viabilização da retomada do desenvolvimento econômico e social do país";

* "construção de uma economia mais moderna, dinâmica e competitiva";

* "atração de investimentos estrangeiros para o setor, mantido o controle da União mediante autorização ou concessão";

* "exaurido em sua capacidade de financiamento, principalmente diante das novas tecnologias e da crescente demanda de serviços por elas geradas, o Estado não tem como arcar sozinho com todas as necessidades de investimento";

* "repetir o caminho seguido pelos países desenvolvidos, como Itália, Inglaterra, Canadá e Estados Unidos, e por outros em fase de desenvolvimento, como a China, o Chile e a Argentina."

Os argumentos do governo deixam claro a adesão às teses neoliberais. Inclusive na ênfase em fazer o Brasil mais parecido com o mundo. O governo não faz o balanço da aplicação destas políticas, em especial, nos países periféricos - os danos sociais causados, tão bem denunciados pela revolta zapatista de Chiapas. O governo que segue as orientações do FMI e do Banco Mundial quer em primeiro lugar gerar condições para garantir lucros para as grandes empresas se afastando de qualquer noção de soberania nacional.

A nação leiloada

O governo quer o Estado fora das atividades econômicas e o mercado como único regulador. Fala em inserção do Brasil no mercado mundial, tornando sua economia mais competitiva. Estas teses, demagógicas, camuflando interesses contrários à nação.

A atração de capitais para investimento deve ter presente a relação de forças estabelecida no cenário internacional a partir do que hoje conhecemos como "globalização". Diferente do processo vivido pós-Segunda Guerra Mundial, o aumento dos investimentos produtivos e, portanto, do crescimento econômico, não significam mais emprego ou mais bem-estar social.

O capitalismo de hoje cria um mundo "dualizado", segmentado. As grandes empresas baseiam suas estratégias num mercado sem fronteiras e não mais numa lógica internacional. Não mais na produção em massa, mas na fabricação de

O governo fala de tornar a economia brasileira competitiva, mas este discurso apenas camufla interesses contrários à nação.



produtos especializados para um mercado segmentado. A idéia de prosperidade econômica e social é finalmente colocada de lado.

Não há a mínima chance de, com o atual governo, o Brasil buscar uma inserção soberana na economia mundial. A relação de forças para um país como o nosso é totalmente desfavorável - anos de dependência em relação aos países centrais, especialmente os Estados Unidos, não permitiram as condições para se criar um crescimento auto-sustentado. O atual modelo do FMI para os países da América Latina prossegue e radicaliza na posição de mais dependência. Basta ver a situação atual do México, onde o petróleo é entregue aos EUA como garantia do recente empréstimo que salvou os investidores, muitos dos quais norte-americanos. Não há a menor chance de, em se quebrando ou flexibilizando os monopólios estatais estabelecer-se relações com as grandes empresas que os adquirirem que sejam benéficas para a nação.

O debate sobre privatização

A pergunta inicial que devemos responder é porque empresa pública e não privada. A resposta só pode ser dada pensando num projeto para o país.

Os passos iniciais que o PT deu na elaboração deste seu projeto está sintetizado no Programa de Governo 94. É insuficiente, mas é o acúmulo coletivo, a partir do qual retomaremos o debate e iniciaremos novas formulações.

Somos contrários à privatização ou, na linguagem enganosa do governo, à flexibilização dos monopólios estatais, porque nesta etapa histórica isto significará perda de soberania. Privatizar os monopólios será entregá-los a baixos preços a grandes empresas internacionais.

Na *Gazeta Mercantil* de 7 de março passado, um investidor japonês fala sobre a possibilidade de compra da Vale do Rio Doce. Diz que é considerada uma empresa "classe A" - eficaz, enxuta, muito lucrativa. Diz que antes da crise dos "mercados emergentes" (leia-se colapso econômico no Mé-

xico) os investidores estariam dispostos a arrebatar a Vale por US\$ 15 bilhões de dólares, mas hoje este valor só chega a US\$ 4 bilhões de dólares.

Qualquer que seja a posição que democraticamente a nação venha um dia a decidir sobre o patrimônio público estatal, duas razões básicas devem nortear a conduta majoritária do atual Congresso Nacional. Em primeiro lugar, este debate precisa ser o mais amplo possível e o povo deverá se manifestar de forma inequívoca. Isto é, o debate não pode se circunscrever à medidas tópicas de alteração constitucional, mas ser

amplo o suficiente para delinear qual o futuro que se espera para o país. Em segundo lugar, nesta situação de crise e desvalorização do patrimônio, é burrice flexibilizar os monopólios, enfraquecer o Estado frente a esta e a futuras situações de negociação frente ao grandecapital internacional.

A empresa nacional

O governo quer acabar com a distinção entre empresa nacional e empresa estrangeira. O deputado José Genoíno concorda e defende isso em matéria no *O Estado de São Paulo* do dia 11 de março. "Penso que a bancada do PT não deve se opor à emenda do governo que elimina essa diferença". E continua "O que se deve procurar defender é que o Estado garanta seu poder regulador e fiscalizador sobre os investimentos estrangeiros."

Esta posição de Genoíno pode ser chamada de "liberal-utópica". Pretende que a discussão com esse governo seja sobre "idéias" que podem conformar uma determinada ordem jurídica, econômica e social. Fragiliza totalmente a

posição do partido no debate: primeiro chama a votar na emenda e depois a procurar defender papel regulador e fiscalizador do Estado. Este governo, além da já surrada retórica sobre o "moderno", movimenta-se de forma bastante pragmática e por interesses bastante comezinhos. Aliás, a emenda sobre tratamento isonômico para empresa nacional e empresa estrangeira é a mesma que trata da exploração do sub-solo e dos recursos hídricos. Das intenções reveladas do governo, depreende-se que esta alteração está relacionada com a venda da Vale do Rio Doce para empresas estrangeiras. E lembremos que o capitalismo globalizado pode fazer investimentos em certas áreas do planeta e daí não resultar nenhum benefício para a nação. Simplesmente cria *enclaves* em determinados setores que são úteis para as estratégias das grandes empresas. Esta é uma possibilidade para as reservas minerais brasileiras.

Outra argumentação limitada é dizer que capital é tudo igual ou que tanto faz ser explorado pelo patrão nacional ou pelo patrão estrangeiro. A diferença reside na inserção concreta do Brasil no mundo capitalista - como país dependente, na importância para o projeto democrático e popular da constituição de um mercado interno de massas e nas melhores possibilidades para um governo democrático e popular contar com suas reservas naturais sem que tenham sido apropriadas diretamente pelo grande capital internacional.

A posição do PT

O PT e suas bancadas na Câmara e no Senado entram nesta disputa a partir de uma consideração básica: somos um partido de oposição ao governo FHC e à suas políticas neoliberais.

Depois das eleições de 94, o PT tem não só com uma bancada maior no Senado e na Câmara, o que obviamente aumenta a nossa força, mas principalmente as bancadas e a direção do partido vem fazendo um esforço coordenado para enfrentar as emendas constitucionais do governo. A retomada deste sentido de unidade petista na intervenção política é decisiva para potencializar a nossa força.

Embora frente a outras emendas constitucionais que o governo anuncia enviar, relativa à Previdência Social ou à Reforma Tributária, a melhor forma de intervir talvez seja a apresentação de outra emenda para polarizar com os neoliberais, com relação às emendas apresentadas para alteração do capítulo da Ordem Econômica a posição do PT deve ser de defesa intransigente do atual texto constitucional, notadamente na defesa dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações.

Isto é, os esforços do PT devem estar concentrados em defender o texto constitucional. As modificações que o PT defenderá relativas às empresas estatais, especialmente relativas ao controle social sobre estas empresas e sobre a gestão democrática das mesmas serão tratadas por leis complementares e leis ordinárias.

O tempo que temos é muito breve. Já foram constituídas as comissões especiais para analisar as emendas. No máximo em dois meses elas irão para votação em plenário. Não podemos perder um minuto.

Se no passado recente a direita estava em clara ofensiva com relação aos temas da privatização e do Estado mínimo, hoje já não é bem assim. A proposta democrática e popular não está na ofensiva, mas o fracasso exemplar do modelo mexicano nos coloca em melhor situação para o debate e para a disputa na sociedade. Hoje podemos falar em alto e bom som: o governo brasileiro quer fazer o mesmo que fez o governo mexicano, e este modelo fracassou. É claro que existem diferenças entre Brasil, México e Argentina no que diz respeito ao parque industrial instalado, ao tempo que realizou e a profundidade do ajuste neoliberal. Tudo isso conta, mas o que vale destacar com ênfase é que são países dependentes cujos governos obedecem a uma mesma orientação política: subserviência ao grande capital internacional a ponto de aniquilar a nação.

Aqui no Brasil temos chance de lutar para barrar o aprofundamento do modelo que fracassou e que FHC e seus aliados insistem em aplicar. Esta luta terá batalhas decisivas no Congresso Nacional e pesará a favor do povo o quanto possamos mobilizar para pressionar os parlamentares a rejeitarem as emendas do governo. □

Miguel Rosseto é deputado federal pelo Rio Grande do Sul e Joaquim Soriano é membro do diretório nacional do PT.

O governo fala de tornar a economia brasileira competitiva, mas este discurso apenas camufla interesses contrários à nação.

PROFETAS DO APOCALIPSE



A emenda pior que o soneto

ENTREVISTA COM PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Como você vê a situação econômica neste início do governo FHC, e as perspectivas?

Há um lado positivo: os resultados do programa de estabilização, no que diz respeito à inflação, têm sido bem melhores do que se previa, pelo menos até março. Sabia-se que o Plano Real provocaria uma queda acentuada da taxa de inflação, mas a queda foi mais rápida e mais forte do que geralmente se previa.

Além disso, o aumento do nível de atividade foi superior ao esperado, e houve até mesmo uma melhora do nível de emprego. Era previsível que o Plano Real tivesse um efeito expansivo, mas o que ocorreu superou as expectativas.

Mas a situação econômica tem um aspecto muito negativo, que é o outro lado da moeda: uma deterioração mais rápida da situação do setor externo do que se esperava. Houve uma valorização cambial em termos reais da nova moeda da ordem de 30%, o que é uma valorização extraordinariamente forte para um período tão curto de tempo, de oito meses. Houve um grande déficit na balança comercial a partir de novembro/dezembro e uma perda de reservas muito expressiva.

É claro que a valorização cambial e a deterioração da balança comercial, já em si mesmas um grande problema, se tornaram um problema mais grave e urgente para a economia brasileira em função da eclosão da crise mexicana, em fins de dezembro.

O fato de ter havido esta queda na inflação, e uma recuperação do nível de atividade e até mesmo de emprego, maior do que se previa, se explica em grande medida pelos fatores que apontei como negativos. O que permitiu a queda tão forte da inflação foi justamente o uso intensivo da sobrevalorização cambial, associada à aceleração da abertura às importações a partir do segundo semestre de 1994. O governo usou até mesmo a taxa de produtos de exportação que tinham o preço em alta no mercado internacional.

É como se o governo tivesse colocado todas as suas fichas na queda rápida da inflação. E as fichas do governo quais eram? Fundamentalmente, a posição no setor externo: balança comercial superavitária e uma boa posição em conta corrente (um déficit pequeno até o ano passado). Foi tudo jogado na queda rápida da inflação. O resultado foi essa combinação de elevação do nível de atividade e de queda da inflação, mas com uma deterioração forte da balança comercial, em contrapartida. E o crescimento do nível de atividade, da demanda interna, agrava os problemas do setor externo: estimula as importações e desestimula as exportações, ampliando as dificuldades na balança comercial. Tudo isto coloca problemas muito graves para o país a partir de agora.

Você pode comentar um pouco mais os efeitos da crise mexicana?

O que a crise mexicana fez? Lançou os holofotes em cima das vulnerabilidades que o Plano Real vinha acumulando, acelerou os problemas que a própria condução da política cambial e comercial pelo governo, desde julho, iria criar mais na frente.

A partir de janeiro houve uma mudança de vários aspectos na política econômica, para enfrentar o desafio apresentado pelo choque mexicano. Por exemplo: foi eliminado o compulsório sobre os créditos para a exportação, e foram estendidos os prazos dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio, para favorecer o setor exportador e acelerar a entrada de divisas pelo lado das exportações. Foram tomadas medidas restritivas no campo comercial externo, notadamente a elevação das alíquotas sobre as importações de automóveis. Com isso, começou uma reversão da política de abertura comercial à *outrance* imprimida desde os períodos de Ricúpero e Ciro Gomes.

Mas até o início de março, o governo ainda não fizera nada para modificar a política cambial. O governo havia permitido, em julho/agosto, que o câmbio nominal caísse aproximadamente 15 ou 16%. Depois disso, estabilizou o câmbio

nominal em uma faixa muito estreita de variação, em torno de 83 a 86 centavos de real por dólar, sem contudo assumir um compromisso formal com estes limites.

Por que o governo demorou tanto a mexer na política cambial?

Era compreensível que a equipe econômica do governo tivesse uma grande relutância em mudar a política cambial. Não podemos esquecer que essa equipe formou suas idéias recentes sobre o que significa combate à inflação no contexto de uma discussão mais ampla, internacional, latino-americana, orientada em grande medida pelo chamado consenso de Washington, no qual o uso da valorização cambial, da liberalização das importações e da abertura financeira externa e portanto a geração de déficits em conta corrente elevados, financiados com entrada de capital externo, são elementos centrais. Foram elementos centrais das experiências anteriores recentes da América Latina, inclusive do México, e também da Argentina, e de outros casos, que eram apontados para o Brasil, por essa equipe que formulou Plano Real, como experiências de sucesso, a serem consideradas na implementação do programa de estabilização brasileiro.

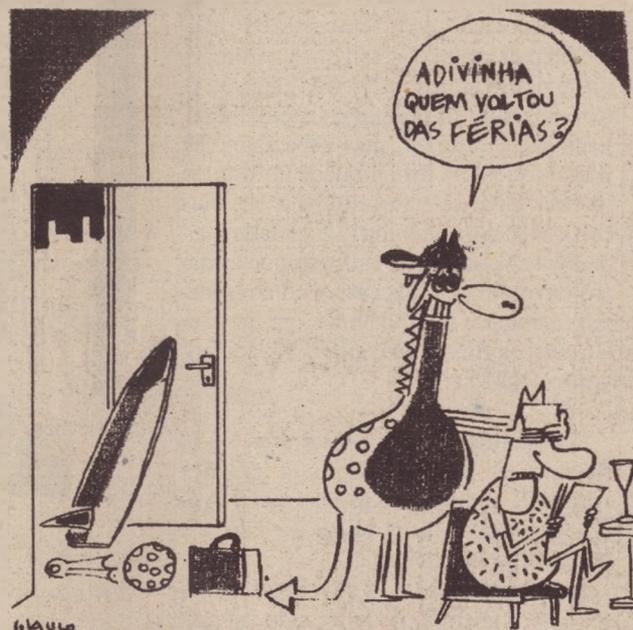
Eu me lembro de um artigo do Ricúpero na página 3 da *Folha de São Paulo*, quando ele era Ministro da Fazenda, e já depois da introdução da nova moeda, no qual ele dizia que o Plano Real deveria ser visto como um processo pelo qual o Brasil fecharia o hiato que o separava do resto da América Latina. Ironicamente, poucos meses mais tarde, o suposto sucesso do modelo de estabilização aplicado na América Latina, cujo exemplo maior e mais antigo era o México, veio abaixo com uma velocidade impressionante.

O que acontece é que, de certa maneira, puxaram o tapete por debaixo do programa brasileiro, pois já no início do ano passado começou o movimento de alta nas taxas de juros nos Estados Unidos. Por motivos internos, por sua análise da situação americana, o Banco Central dos EUA passou a entender que era preciso mudar a política de juros. Começou portanto a terminar o período de liquidez farta que tinha alimentado programas de estabilização como o do México, que funcionavam dentro deste figurino.

O Brasil, portanto, embarcou tarde nisso; e quando veio o colapso mexicano ficou patente que a posição brasileira tinha ficado vulnerável porque, ao contrário do que dizem os membros da equipe econômica, o programa econômico brasileiro tem pontos de contato muito grandes com o modelo mexicano. Como o Brasil começou mais tarde que a Argentina e o México, poderia ter mais chances de reorientar sua política em função dos fatos mais recentes; mas, por outro lado, o Brasil não se beneficiou, e não vai poder se "beneficiar", entre aspas, na mesma medida, da conjuntura financeira externa que soprou a favor dos programas mexicano e argentino no início da década de 90, de 90/91 até 93.

É verdade que a política mexicana é diferente da nossa em vários pontos. Mas nem todas as diferenças são a nosso favor. Uma diferença importante é que a nossa foi mais agressiva em termos de valorização cambial do que a mexicana. Em nenhum momento o México permitiu a valorização do câmbio nominal. O México, quando iniciou seu programa no começo de 88, fixou o câmbio nominal por um ano, e depois partiu para uma política de pré-fixação, e em seguida para uma política de bandas, com variação nominal pré-anuncia-

O governo apostou todas as suas fichas na queda rápida da inflação, mas ao preço de uma deterioração forte da balança comercial.



O pacote de março fixando uma banca cambial não resolve o problema da defasagem cambial; é uma solução muito precária.

da. Em nenhum momento fez a coisa extraordinária que o Brasil fez: permitir uma queda de 15% no câmbio nominal.

Extraordinária no sentido de imprudente?

Arriscada, e que não tem nenhum precedente na história das últimas décadas no Brasil. A Argentina não fez isso quando lançou a convertibilidade, e o México também não fez isso em nenhum momento. O que o Brasil fez foi concentrar no tempo o que o México e a Argentina fizeram ao longo de um período maior, e não é por acaso que nós temos, é verdade, resultados muito bons em matéria de inflação, porém um resultado muito ruim, de deterioração muito rápida, no campo da balança comercial. Os déficits em novembro e dezembro foram muito altos, ainda que se considere a sazonalidade desfavorável.

Na verdade, o governo se colocou no corner. É muito mais fácil deixar o câmbio se valorizar do que corrigi-lo depois, abruptamente. A situação internacional é grave.

O colapso do plano mexicano marca uma mudança em termos da disponibilidade de fundos; houve uma retração da ofertas de fundos externos para países como o Brasil, agravando uma tendência que já vinha se verificando desde o início de 94, a partir da elevação das taxas de juros nos EUA. Mas além disso existe o risco de que novos choques financeiros venham: uma nova piora no México, problemas na Argentina ou em outra parte, que se transmitam com violência para países que sejam vistos como vulneráveis e de baixa reputação, como é o caso do Brasil.

Um país como o Brasil deve se manter protegido das turbulências financeiras externas, não só porque o sistema internacional é instável, mas especialmente porque qualquer instabilidade no sistema internacional se transmite para um país como o nosso com uma intensidade maior. Países como o Brasil têm que evitar um envolvimento excessivo com o sistema financeiro internacional, em particular com os fluxos de capitais especulativos e voláteis.

As medidas adotadas nos dias 6 e 10 de março, que alteraram a política cambial, seriam adequadas para proteger-nos contra o risco de cair na armadilha mexicana?

Essa era intensão do governo brasileiro. Mas a emenda pode ter sido pior do que o soneto. O saldo da semana iniciada no dia 6 foi não só uma perda de reservas, mas também um abalo da credibilidade da política econômica. Afinal, o governo assumiu o compromisso formal com uma banda cambial e foi levado a alterá-lo apenas quatro dias depois! Pior que isso: para tentar corrigir o problema acabou assumindo na sexta-feira o compromisso com uma nova banda cambial por prazo indeterminado e com o Banco Central afirmando que o manterá "por muito tempo".

Tudo isso beira o inacreditável. Ao tentar fugir, no dia 6 de março, da arapuca mexicana, o governo criou uma confusão de tal ordem que acabou aquela semana comprometido com uma banda e sem ter resolvido o problema da defasagem cambial. Ora, o que levou o México ao desastre foi justamente uma política de banda cambial! Para entender a precariedade da situação, basta ver o seguinte: o ponto central da nova banda, que vai de 88 a 93 centavos de real por dólar é 7% superior ao ponto central da banda informal anterior (que ia de 83 a 86 centavos de real por dólar). Suponhamos que a taxa de inflação mensal suba para a faixa de 2 a 2,5%. Neste

caso, em apenas três meses teremos voltado à situação anterior a 6 de março em termos de defasagem cambial real!

As medidas adotadas no início do ano e sobretudo a mudança da política cambial em março não trazem o risco de uma volta da inflação?

As medidas de política cambial e algumas das outras medidas adotadas para proteger as contas externas vão produzir algum aumento da inflação. O que o governo poderá fazer para compensar estes efeitos inflacionários? Aí entra uma série de outras questões, que precisam ser consideradas. Uma delas, não é a única, mas uma que é fundamental, é a questão das finanças públicas. O Plano Real supostamente teria equacionado isto na sua chamada fase 1 - mas esta, na verdade, acabou ficando muito aquém do que o governo tinha prometido e programado. Então eles estão querendo fazer o fundamental da chamada fase 1 depois da fase 3, depois de ter criado a nova moeda.

Na minha opinião, está havendo uma deformação do debate. O que está acontecendo? O governo está dando a impressão à opinião pública, e nos seus contatos com o Congresso, de que o fundamental agora é a revisão da Constituição; que isso permitiria que houvesse a consolidação dos fundamentos fiscais do Plano Real. Mas se examinamos mais de perto a questão, vemos que muito do que o governo quer fazer em matéria de

CLINTON TENTA CONVENCER CONGRESSISTAS AMERICANOS



emenda constitucional na verdade tem pouca ou nenhuma repercussão prática de curto prazo em termos da sustentação do Plano Real.

Será que o governo não deveria usar seu capital político, que não é ilimitado, para tomar aquelas medidas que são fundamentais para gerar uma posição fiscal forte o suficiente para consolidar o programa de estabilização e fazê-lo depender menos de câmbio valorizado ou de taxas de juros altas? Nesse particular, por exemplo, seria muito importante que o governo levasse mais a sério a recuperação dos mecanismos de atuação do próprio Estado brasileiro, do próprio governo federal; em particular no campo da arrecadação e da fiscalização da cobrança de impostos e contribuições sociais. Os mecanismos de controle do Estado foram desmontados nos últimos anos, e não se viu até agora nenhuma indicação mais clara de que o governo FHC esteja preocupado com esta questão e disposto a enfrentá-la.

Mais que isso, o fato de Fernando Henrique não ter convidado o Osiris para participar da

equipe, mesmo tendo recebido o apoio dele durante a campanha eleitoral, indica uma orientação oposta.

Exatamente, o Osiris apoiou públicamente Fernando Henrique em um momento decisivo, e não foi convidado. E ainda na gestão Ciro Gomes, foram afastadas algumas pessoas importantes ligadas a ele, o que sugere que a pressão política contra a linha de combate mais duro à evasão fiscal foi vitoriosa dentro do esquema político que sustenta o governo FHC. E nós temos inúmeras indicações que neste campo há muito o que fazer, que a Receita Federal, o INSS e outros órgãos ligados direta ou indiretamente à arrecadação e fiscalização da tributação no Brasil estão sem condições de atuar de forma eficaz. Isto seria muito mais importante para gerar sustentação fiscal para o Plano Real do que as emendas constitucionais que estão sendo propostas pelo Executivo, examinadas pelo Congresso e discutidas amplamente na imprensa.

Assim, no campo das finanças públicas existe um terreno muito grande pela frente para fortalecer a luta contra a inflação e torná-la menos vulnerável aos humores das finanças internacionais.

Muita gente diz que, com apenas pouco mais de dois meses de governo, é cedo para cobrar medidas. Mas é bom lembrar que um dos argumentos que o Fernando Henrique e seus aliados usaram na campanha, para decidir a eleição no primeiro

turno, foi a de que era preciso dar tempo ao novo governo para se preparar. Ora, verificamos pelo que está acontecendo que o governo assumiu sem ter propostas definidas em muitas questões que ele próprio considerava essenciais. O governo continua patinando. E aí o que acontece? É mais fácil atrasar o câmbio e manter os juros altos; isso é mais fácil do ponto de vista da estabilização no curto prazo, mas vai acumulando problemas mais para a frente, na forma de déficits externos, desequilíbrios financeiros internos por causa do efeito das altas taxas de juros sobre o custo da dívida interna, etc.

O Lula dizia que o Plano Real não era um plano, mas uma moeda. Ele tinha razão; por enquanto continua essencialmente ainda uma moeda; o plano propriamente dito ainda está muito incompleto. Há muito a fazer para que a estabilização temporária que se conseguiu se consolide sem comprometer a posição externa do país.

Ao não enfrentar a briga contra a evasão, e com o rumo sugerido para suas propostas, o governo não tenderia a reforçar o caráter já regressivo do sistema fiscal brasileiro?

PN - Isso talvez seja um pouco cedo para dizer, porque há um grau de vaguidão tão grande nas propostas do governo em matéria de reforma tributária e fiscal que não dá pra ver claramente para onde eles querem caminhar. Mas é possível que na prática acabe ocorrendo isto, diante da impossibilidade de enfrentar as questões econômicas que conflitam com os interesses que sustentam o governo. Por exemplo, quando se sabe que grande parte da evasão fiscal, hoje no Brasil, está concentrada nos grandes patrimônios, nas grandes empresas, e que portanto enfrentar esta questão significa enfrentar estes interesses, talvez possamos começar a entender porque a posição do Fernando Henrique é escapista: começa a se concentrar em questões constitucionais, muitas das quais não têm repercussão prática, ou a propor emendas constitucionais que têm efeito regressivo, como por exemplo modificações que atingem certas características da Seguridade Social. □

A crise de um modelo

"Benvindo ao pesadelo" (carta do subcomandante Marcos a Zedillo)

SERGIO RODRIGUEZ

Em 1º de dezembro de 1994, Zedillo foi ungido presidente. Nesse dia os zapatistas, por meio de Marcos, mandaram-lhe uma carta, onde pintam um pañorama nada alentador do México. Ao mesmo tempo, enviam também uma carta a Cuauhtemoc Cardenas e à Convenção Nacional Democrática (o CND, que agrupa as organizações de massas que apoiam os zapatistas) chamando-os a conformar uma grande frente de oposição para derrotar o regime político mexicano. Parecia, assim diziam vários destacados militantes do Partido da Revolução Democrática (mas não seu ex-candidato a presidente, Cardenas), que nem o EZLN nem Cardenas nem a CND se atreviam a reconhecer a triste realidade: o Partido Revolucionário Institucional havia ganho as eleições, tinha um nível de consenso social muito importante e o único que se podia conseguir seria reduzir um pouco os aspectos mais ditatoriais do regime, por meio de uma negociação pactada. Era isso que estavam tentando fazer, quando os zapatistas decidiram romper a trégua unilateralmente e avançar sobre 38 municípios; ao mesmo tempo, explodiu a crise econômica e o governo Zedillo, em menos de 20 dias, chegou a um nível de impopularidade como nunca antes havia sucedido na história do país.

Atrás estava este sentimento profundo de amplos setores da população de que foram enganados. O fio se rompera exatamente onde o governo exaltava suas conquistas: a macroeconomia. Cada vez que alguém da oposição questionava o modelo reestruturador, os *yuppies*, que vêm dirigindo a economia por 12 anos, argumentavam com os sucessos macroeconômicos: controle da inflação, queda da taxa de juros, crescente entrada de capital estrangeiro, a diversificação das exportações, o incremento das importações, a assinatura do Tratado de Livre Comércio com os EUA e o Canadá, a entrada na OCDE.

A realidade castigou os tecnocratas e estamos longe de vislumbrar todas as consequências da crise.

No terreno ideológico, também sofreram um forte golpe. Por doze anos se deu uma explicação da crise de 1981-82 que, ao mesmo tempo que buscava explicar o passado, significava uma justificação do futuro: o populismo terceiro-mundista era a causa de todos os erros. Agora doze anos depois os resultados são desastrosos.

Este fracasso tem repercussões significativas pois não se dá em qualquer país, mas naquele que foi apresentado como modelo e o melhor aluno do FMI e Banco Mundial. Sua repercussão tem sido abrangente e não apenas na América Latina; atinge bastante os EUA. Por esta razão o governo de Clinton articulou, além das próprias reservas americanas, instituições internacionais para garantir um crédito que chega a cerca de 50 bilhões de dólares, soma fabulosa, jamais outorgada a país algum, nem sequer à Europa do Leste (incluindo a Rússia) para sua reconversão. Kissinger foi quem definiu mais claramente a situação: "o que se passa no México é parte da segurança nacional dos EUA".

Os passos rumo ao colapso

A adoção do modelo neoliberal em um país como o México pressagiava a atual crise. Não se pode desmontar as empresas estatais, desregular os mecanismos de proteção face ao comércio exterior, permitir o desenvolvimento de um mercado emergente de valores sem relação com o processo produtivo, limitar e, de fato, deprimir o mercado interno, incentivar a entrada do capital internacional não em inversões diretas mas especulativas, permitir o enriquecimento desmedido de 24 supermilionários ao vender-lhes de forma fraudulenta uma boa parte da riqueza nacional, sem pagar um custo importante.

Em troca o que se criou foi uma economia que, depois de 1991, se pode chamar de "economia-cassino". O investimen-

to produtivo foi cedendo lugar à inversão especulativa dirigida à compra de bonus estatais, sendo fundamental para isso a atuação do sistema financeiro privado. As altas taxas de juros geraram um duplo problema: ou bem os empresários recorriam a créditos externos ou se endividavam com os bancos nacionais, implicando o impressionante problema das dívidas vencidas.

Os investidores estrangeiros transferiram uma boa parte da poupança interna dos EUA para o México. Em um artigo revelador (revista *Proceso*, 16 de janeiro), Enrique Semo cita várias fontes norte-americanas que indicam os enormes lucros auferidos por estes investidores: "Enquanto a indústria americana tem colhido altos lucros explorando a mão-de-obra barata mexicana, os grupos financeiros obtiveram benefícios ainda maiores... As enormes somas que vêm fluindo para o mercado de valores - de 10 a 15 bilhões de dólares ao ano, depois que o país firmou o Plano Brady - produziram a privatização e a internacionalização da propriedade das empresas já existentes, porém apenas 5% foi utilizado para aumentar as instalações locais".

No final de 1994 os passivos em moeda estrangeira ascendiam a 211 bilhões de dólares: 50 bilhões se localizavam na bolsa de valores, 29 em Tesobonus, 85 em dívida do setor público, 24 em dívida do setor privado não-financeiro e 23 do setor financeiro. Este é o resultado concreto do modelo neoliberal.

Evidentemente uma economia com tal grau de relação com a inversão especulativa estrangeira sofre as consequências das mudanças políticas de uma maneira muito importante. A insurreição dos índios de Chiapas não apenas impediu a comemoração do ingresso do México no "primeiro mundo" como foi o sinal de início da crise do modelo econômico. A fuga de capitais durante 1994 representa um reflexo fiel do que se sucedeu, chegando a mais de 23 bilhões de dólares (cerca de 7% do PIB), dos quais a metade saiu nos últimos dois meses do ano (quer dizer, depois "devastador" triunfo do PRI, que segundo o chefe da cúpula bancária asseguraria a estabilidade da economia) e baixando as reservas à casa dos 6 bilhões de dólares (um quarto do que eram um ano antes).

Uma comparação de dois fracassos

No início das transformações que se realizaram no México, há 12 anos, desenvolveu-se uma ideologia que explicava as necessidades das mudanças em função dos fracassos anteriores. O populismo se converteu no bode expiatório. Mas ao final os dois modelos chegaram a resultados similares, com uma pequena diferença: enquanto os políticos mexicanos de antes tinham que responder a um "pacto social" que vinha da revolução mexicana, os novos governantes romperam com o básico deste pacto e estabeleceram um outro, com os supermilionários e com o capital financeiro internacional. Se alguém analisa pelos resultados, a conclusão é óbvia: tão ineptos uns como os outros. Entretanto o problema é mais complicado. Ambos respondiam à lógica da acumulação capitalista, o que sucedeu é que os sujeitos que se beneficiavam deste processo foram modificados.

Aqui reside uma das principais características da dinâmica dos últimos doze anos. Um punhado de aventureiros se fizeram supermilionários da noite à manhã como resultado de



O México é hoje controlado por uma oligarquia político-narco-financeira, estruturada ao redor de 24 supermilionários.

A dívida em moeda estrangeira ascendia no final de 1994 a US\$ 211 bilhões.

quatro processos: a venda das empresas estatais mais rentáveis, de forma totalmente fraudulenta; as ações governamentais, que tornaram a bolsa de valores um mecanismo de enriquecimento, desvinculada totalmente do processo produtivo; a privatização dos bancos; o impressionante *boom* de lucros do narcotráfico em total vinculação com o governo, os bancos, a bolsa de valores e o processo de privatização. Tudo isto resultou no surgimento de uma *oligarquia político-narco-financeira*. Foi a divisão não da classe dominante mas desta oligarquia que resultou nos assassinatos políticos recentes, que comoveram o México.

Vejamos uma breve comparação do fracasso e da crise de 1982 e a atual.

Em 1982 o nível de endividamento externo era de 80 bilhões de dólares; no final de 1994, como vimos, alcança mais de 200 bilhões de dólares sem contar o endividamento pós-crise. Em 1981, o déficit em conta corrente era de 16 bilhões de dólares; em 1994 foi de 30 bilhões. O pagamento de juros naquele período era de 10 bilhões de dólares e agora é o dobro.

Este caráter mais profundo da crise tem a ver com o fato de que antes, em 1982, existia uma planta produtiva nas mãos do Estado, agora esta não existe mais. Por isso, as autoridades financeiras buscam que o México coloque à venda a gigantesca e altamente lucrativa estatal Pemex, a Petroleos Mexicanos.

Mais da mesma coisa

Para enfrentar a atual crise o governo Zedillo propõe mais do mesmo, continuando com as privatizações: agora se

anuncia que a companhia de estradas de ferro e os satélites de telecomunicações, para começar, serão privatizados; para, posteriormente, avançar para a eletricidade e chegar à previdência social. Se não se decidem avançar diretamente contra a Pemex deve-se essencialmente ao temor de uma reação da população. Mas, na realidade, o processo de privatização desta estatal do petróleo está há vários anos em marcha. E será dinamizado a partir da aceitação de colocar em penhora, nos bancos americanos, as receitas da Pemex como contrapartida aos créditos

"oferecidos" pelo governo Clinton. Vale ressaltar que as receitas obtidas com a venda de petróleo são fundamentais para a economia nacional, tanto no terreno da balança de pagamentos como no que se refere à capacidade de financiar os gastos públicos. Não há dúvida que os agiotas norte-americanos estão tirando o coração do projeto nacional.

De outro lado, confia-se que a desvalorização, por si mesma, resolverá o problema, superando a crise e tornando mais competitivos os produtos mexicanos. O problema, no entanto, é muito mais complexo. Ao insistir-se em que o que faz mais competitivas as mercadorias produzidas no México são os baixos custos de produção, em especial os salários reduzidos, deixa-se de lado o problema dos problemas: a *produtividade do trabalho* (baixa em comparação com os quatro "tigres" da Ásia, China ou Chile). E é precisamente na incapacidade para resolver este problema que se localiza a debilidade fundamental do projeto reestruturador mexicano. E ela está ligada à incapacidade do governo de se desfazer da velha estrutura sindical vinculada o PRI.

A isto há que agregar as taxas de juros internas altíssimas e o efeito da desvalorização sobre as empresas: estimuladas a se endividar em dólares, viram suas dívidas elevarem brutalmente em poucos dias. E não tem, agora, como recorrer ao crédito interno.

Assim, os mecanismos contidos no plano do governo Zedillo colocam o México em uma grande recessão. Deseja-se um plano que busca assegurar os interesses dos investidores estrangeiros, dos bancos e dos donos do mercado de valores. Choca-se com os interesses dos trabalhadores que têm seus salários limitados a um aumento de 7% para todo o ano de 1995 (apenas no mês de janeiro a inflação é estimada entre 6 e 7%); com os produtores do campo e a indústria com as taxas infernais de juros; com os que trabalham no mercado informal dada a queda na capacidade de compra. Aproximadamente 60% das firmas mexicanas estão afetadas pelo processo recessivo. Na indústria automobilística se anunciam suspensões "técnicas" de atividade sem pagamento de salários na Renault, Nissan, Volkswagen. Anunciam-se demissões em massa em vários setores econômicos.

Economia e política: união infeliz

Salinas de Gortari disse que o erro de Gorbachev havia sido unir reforma econômica com reforma política e tirava como conclusão que ele não cairia neste equívoco. Primeiro faria a reforma econômica e somente depois a política. Agora Zedillo apresenta a conclusão contrária, primeiro fazer a reforma política e depois revisar o projeto econômico. O resultado é o mesmo: um projeto econômico para uns poucos, democracia para os mesmos, com a adição das burocracias dos partidos políticos registrados.

A maneira com Zedillo tem enfrentado a crise tem sido a de buscar sua legitimação em função de pactar com o Partido da Ação Nacional e sobretudo com a direção do Partido da Revolução Democrática uma nova reforma eleitoral. A direção do PRD, ávida de um acordo com o governo que feche a última folha do capítulo intransigente (assim é como eles vêem) de Cuauhtemoc Cardenas, está decidida a aproveitar esta situação para retomar seu lugar no Estado mexicano. O que sucede é que como sempre ocorre aos oportunistas, segundo Trotsky, seu grande problema é que não sabem ser oportunos...

A debilidade do governo atual é produto da crise terminal do regime político mexicano que, entretanto, demonstra grande capacidade para contornar a situação atual. Tem demonstrado uma grande capacidade para atrair a oposição, em especial a direção do PRD. Está, em lugar de aprofundar a crise do regime tem buscado ajudá-lo a recuperar os elementos de governabilidade.

O apoio ao governo Zedillo, e aos que com ele buscam a perpetuação do regime político mexicano, vem no fundamental da comunidade financeira internacional e da oligarquia narco-financeira mexicana. Os que buscam alianças com o governo aliam-se ao FMI, ao Banco Mundial, ao Departamento do Tesouro dos EUA, aos 24 supermilionários do México e não aos secretários de Estado, aparentemente fáceis de manipular por experientes ex-priistas.

A luta pelo fim do regime

Desde o início da atual crise começou a estender-se um sentimento em importantes setores da população que vinculou a deterioração da situação econômica à manutenção do regime econômico. Por isso passou-se a pedir o julgamento político do presidente anterior e dos seus ministros que estavam ligados à área econômica. Esse julgamento não era simplesmente contra pessoas mas contra o PRI e contra o regime. De repente, da mesma maneira que em janeiro de 1994, muitos evidenciaram que já estavam cansados do priismo. De repente nas ruas estavam mulheres ricas de Polanco; por seu lado, os pequenos e médios industriais, que se agregavam aos produtores agrícolas, manifestaram que era impossível resolver seus problemas de dívidas vencidas; os trabalhadores eletricitistas, professores e telefônicos manifestaram seu descontentamento com as condições salariais.

É neste contexto que o EZLN chamou à conformação de um *Movimento para a Libertação Nacional* com o objetivo único de terminar com o regime político mexicano. É difícil saber se este objetivo será conquistado, mas estamos convencidos que existem as bases políticas para que um movimento desta natureza seja criado e se desenvolva. Em 5 de fevereiro na cidade de Queretaro será dado o primeiro passo nesse caminho, com a elaboração do Plano que levará o nome desta cidade e que da mesma maneira que o de San Luis, elaborado por Francisco Madero, buscará organizar a sociedade para acabar com o regime político que nos oprime. □



Os zapatistas chamaram a formação de um movimento de libertação nacional contra o regime do PRI.

A esquerda dos pobres

ERNESTO HERRERA

Num resultado eleitoral qualificado por todos como um "triplo empate", Júlio Sanguinetti, candidato majoritário do Partido Colorado, foi eleito em 27 de novembro o novo presidente do Uruguai. Os votos acumulados pelo seu partido (cada legenda pode lançar mais de um candidato e os votos somam para o partido) totalizaram 20 mil votos a mais que o Partido Nacional (Blanco) e 25 mil sobre a Frente Ampla, num eleitorado de dois milhões de pessoas e onde os votos em branco não chegaram a 2%. Confirmou-se, dessa forma, o que nosso companheiro Gustavo Vasquez havia previsto em um artigo no **Em Tempo** há quase um ano, que tínhamos um resultado definido no "olho mecânico".

Os números finais (32,5% para o P. Colorado, 31% para o P. Nacional e 31% para a Frente Ampla) surpreenderam todos os analistas, em particular pela votação da esquerda - a mais alta na América Latina - e pela sua composição social.

Ruptura do bipartidarismo

Sanguinetti assume o governo em 1º de março com um parlamento dividido em três terços. Os colorados tem 11 senadores e 32 deputados, os blancos 10 senadores e 31 deputados, a Frente Ampla 9 senadores e 31 deputados e o Novo Espaço 1 senador e dois deputados.

O novo governo terá, então, que se mover em um marco institucional complexo e com um legitimidade restrita. Isso rompe o bipartidarismo burguês histórico que dominava a vida política uruguaia. Todavia, em termos de projetos, só existem dois, absolutamente antagônicos: o *capitalista*, de subordinação ao imperialismo, que representam os partidos tradicionais; e o *democrático popular*, Frente Ampla e seus aliados do Encontro Progressista.

O grande derrotado desta contenda eleitoral foi, sem dúvida, o Partido Nacional e sua proposta ortodoxa-neoliberal. A política econômica e social impulsionada pelos blancos na última administração, ao mesmo tempo que marginalizava amplos setores da população, chocou-se frontalmente com um componente fundamental da identidade nacional: a defesa do Estado "benefactor" e das conquistas sociais que fizeram do país uma exceção no continente.

Explosão na esquerda

O grande impacto eleitoral foi a votação da Frente Ampla. A potencialidade percebida em 1989 desenvolveu-se em 1994. Os 22% obtidos na eleição anterior passaram para 31%. Em Montevideo, a esquerda voltou a ganhar a prefeitura, desta vez com 45% dos votos (contra 34% em 1989). E no interior do país - bastião tradicional dos partidos burgueses - a Frente cresceu quase 100%.

Em tais condições, a esquerda *ratifica sua indiscutível força a nível nacional e sua enorme implantação social*. Uma implantação que vai mais além das flutuações circunstanciais da luta de classes, e que expressa a âncora permanente da Frente Ampla no movimento popular.

Todavia, o mais transcendente deste resultado eleitoral para a esquerda, é a composição social de seu voto, o que também a converte em um caso particular na América Latina. Aos trabalhadores sindicalizados, camadas médias e profissionais, se somam agora, aqueles setores excluídos pelo nefasto projeto neoliberal: os mais pobres. Nas zonas periféricas, onde vivem a maioria dos trabalhadores "informais", os desempregados e os que a sociologia burguesa qualifica de "marginalizados", a Frente Ampla superou os 60% da votação.

Estes setores que escaparam do controle da direita e que enfrentam o descaso do sistema para lhes garantir uma sobrevivência mínima, introduziram sua cota de "agressividade" na campanha eleitoral, para alarme não só da classe dominante e seus serviços de inteligência, mas também de dirigentes de correntes reformistas da Frente Ampla.

Foi comum, então, durante a campanha eleitoral, que nos "cantegriles" (espécie de favelas) se desfraldassem bandeiras frente-amplistas e que nos bairros pobres do interior, os

candidatos da esquerda fossem recebidos com simpatias quando alguns anos antes eles eram apedrejados. No ato de encerramento da campanha, realizado em Montevideo, com 150 mil pessoas, foi tingido com uma cor particular: a presença dos descamisados, em sua maioria jovens. Na noite de 27, quando as primeiras avaliações davam a Frente como ganhadora, foram estes setores os que saíram às ruas para festejar e a enfrentar-se com militantes armados do Partido Colorado.

Por que o voto dos pobres?

Há dois acontecimentos fundamentais que explicam isso. Em primeiro lugar, a penetração da Intendência (Prefeitura) Municipal de Montevideo, levando as obras e serviços aos setores mais despossuídos - saneamento, transporte, policlínicas médicas - simultaneamente ao processo de descentralização municipal e de participação popular. O balanço da gestão municipal é, portanto, positivo.

Em segundo lugar, o tipo de campanha desenvolvida pelo companheiro Tabaré Vazquez, candidato presidencial da Frente Ampla/Encontro Progressista. O discurso de Tabaré rompeu com essa lógica pragmática e possibilista, que buscando captar votos de classe média termina com um programa de governo no melhor estilo cepalino.

Depois da batalha para impedir a extradição dos bascos e o massacre desencadeado pelas forças repressivas em 24 de agosto (ver **Em Tempo** n° 277), o cenário político foi substancialmente modificado. Os espaços para uma proposta de centro se fecharam e a confrontação com os projetos burgueses voltou a se colocar no primeiro plano. Tabaré, em uma reação mais do que saudável, passou a enfatizar a necessidade de habitação, ensino, saúde, salários e emprego.

Atacou sem contemplação a direita e o neoliberalismo, propôs uma modificação radical do sistema tributário para "que os que mais tem paguem mais e os que menos tem paguem menos"; defendeu o plebiscito que propunha 27% do orçamento nacional para o ensino e aquele em que os aposentados propunham rechaçar toda nova tentativa de privatizar a Previdência Social; defendeu criar um imposto para os salários de mais de 3 mil dólares; reestatizar empresas privatizadas; e adiantou que caso a Frente ganhasse e não tivesse maioria parlamentar, governaria "recorrendo a democracia plebiscitária".

Nunca aceitou o jogo da direita de dividir a Frente entre "violentos e pacíficos", e apostou, a todo momento, em um país alternativo, com justiça social e onde os ricos teriam que pagar o custo das reformas estruturais.

O desenvolvimento da campanha e os resultados obtidos são uma demonstração contundente que se pode ter uma proposta de esquerda, radical, com mobilizações de massas, e também crescer eleitoralmente. E que, ao contrário, quando se tenta convencer aos empresários das bondades da esquerda "realista" se perde o apoio dos mais explorados e oprimidos. A lição é clara.

Governabilidade

Um dos principais problemas que enfrentará o governo eleito é o aumento das dificuldades para impor seu programa e garantir a



As eleições produziram um triplo empate, com a Frente Ampla obtendo um terço dos parlamentares.



governabilidade institucional. As pontes estendidas por Sanguinetti em direção aos setores mais moderados da Frente não tiveram êxito: não haverá co-participação no governo. Essa foi a decisão, por unanimidade, adotada pelo Órgão de Condução Política da Frente Ampla. Em todo caso, reclama-se o legítimo direito de integrar as instâncias de controle do processo: Tribunal de Contas e Corte Eleitoral.

A ingovernabilidade estará na ordem do dia e até colaboradores mais próximos do novo presidente assinalam que, pela primeira vez no país, poderemos ter a solicitação de eleições legislativas antecipadas devido ao bloqueio institucional que o triplo empate provoca.

A administração Sanguinetti - que se apresenta como o Fernando Henrique nativo - terá que enfrentar três questões pendentes: a reforma da Seguridade Social (que foi majoritariamente rechaçada pela população em dois plebiscitos, em agosto e novembro de 1994); a reforma do Estado, isto é, avançar no processo privatizador parado depois do plebiscito de dezembro de 1992; e uma reforma-constitucional, basicamente eleitoral, com o objetivo de freiar o crescimento da esquerda.

Sanguinetti também se enfrentará com o desafio de colocar o Uruguai "em dia", isto é, reconverter a economia para integrá-la ao Mercosul. Para isso terá que enfrentar a "rígida"

de" das relações trabalhistas e os "custos" salariais.

Até agora, Sanguinetti apenas anunciou questões gerais: estabilidade macroeconômica; equilíbrios fiscais; redução da inflação (atualmente de 40% ao ano); e "combate à pobreza", segundo a conhecida fórmula do Banco Mundial. Mas com a correlação de forças atual, tanto no plano político como no social, a tarefa de implementar um novo projeto de acumulação capitalista é muito difícil, ainda que conte com o apoio de seus sócios do Partido Nacional.

A questão da "violência social", considerada "subversiva" pela imprensa burguesa e os órgãos de segurança, não é só um desafio para o governo - que se apressa em apresentar leis autoritárias para salvaguardar a autoridade pública - mas também para a própria esquerda. Se a Frente optar pelo caminho da "oposição construtiva" (um tema que ainda está em debate), de não confrontação com a classe dominante, em lugar de uma estratégia de acumulação que inclua a incorporação organizada destes setores populares excluídos, as energias e inclusive sua adesão "despolitizada" à esquerda podem se evaporar. Preserva-las requer apresentar-lhes uma alternativa de luta, de mudança real em suas condições de vida. □

Ernesto Herrera é dirigente do PST uruguaio.

RS: o PT e o governo Britto

PEPE VARGAS

○ PT tem um enorme desafio frente ao novo governo estadual. Antônio Britto venceu as eleições com pequena margem: 226.257 votos, em um universo de 6,3 milhões de eleitores. O PT saiu do processo eleitoral fortalecido e como referência para quase metade dos gaúchos.

Mas o PT não terá facilidades na oposição ao governo Britto como teve em relação ao governo Collares (PDT). Agora, estamos lidando com um governo portador de um projeto e reunindo o consenso da burguesia. Trata-se de enfrentar o neoliberalismo e não o populismo decadente.

A montagem do secretariado dá a dimensão da nova situação: velhos e "irreconciliáveis" inimigos sentarão juntos nas reuniões do secretariado, somando além dos partidos da coligação original (PMDB, PSDB, PL), o PPR, PFL e PTB. Esta ampla aliança traduz-se numa folgada maioria no legislativo, presidido pelo PPR. A partilha de cargos é o elemento prático da coesão em torno do projeto neoliberal.

Estado falido

A situação do estado é crítica. O orçamento de 1995 prevê apenas 9% de investimentos. O resto será consumido na folha de pagamento (extremamente arrochada) e no serviço da dívida do Tesouro, que chega a U\$ 10 bilhões, com juros mensais de U\$ 3 milhões. O ICMS, principal fonte de arrecadação, vem caindo a cada ano, devido a isenções escandalosas e sonegação impunes. O caos das finanças públicas convive com demandas sociais e de infra-estrutura historicamente reprimidas.

Foram anunciados cortes nos investimentos e a diminuição de 25% dos cargos em comissão. Paralelamente, iniciou-se a peregrinação à Brasília, buscando obter recursos da União, impedir a intervenção no sistema financeiro estadual e a federalização de parte da dívida do estado.

As medidas de maior impacto vieram num conjunto de projetos propondo a extinção ou fusão de autarquias e empresas de economia



mista controladas pelo estado. Órgãos de habitação, turismo e indústria e comércio foram extintos e suas funções e patrimônio foram transferidos para Secretarias de Estado afins. Os armazéns do Instituto Riograndense do Arroz foram incorporados à Companhia Estadual de Silos e Armazéns. As Centrais de Abastecimento poderão ter quatro de suas unidades alienadas a municípios mediante doação. A versão da imprensa e do governo passou a idéia de um grande projeto de extinção de funções exercidas pelo poder público, permitindo priorizar educação e saúde. Um discurso idêntico ao justificador de programas de privatização.

Na prática, não houve privatização alguma, apenas transferências de funções exercidas pela administração indireta para órgãos da administração direta ou municípios que permitirá uma certa economia de recursos.

A oposição frente a reforma

O atropelamento da discussão pública sobre o significado da reforma, a existência de falhas jurídicas comprometedoras e problemas de mérito, levaram a bancada do PT pensar na rejeição

em bloco dos projetos. A aprovação da proposta original, no entanto, traria sérios prejuízos ao serviço público. Desta forma, articulando com o restante da oposição (PSB, PCdoB e PDT), foram sugeridas alterações que o governo prontamente aceitou. Assim, garantiu-se o compromisso legal da continuidade de uma política habitacional, bem como a garantia do repasse do patrimônio e das funções dos órgãos extintos para a administração direta. Na medida que os ingressos nos quadros das empresas extintas não se fazia por concurso público, a oposição exigiu a estabilidade por um ano dos serviços e permitirá a organização de concurso para servir as funções realmente necessárias.

A grande vitória da oposição foi a retirada do projeto que previa a liquidação da Companhia Riograndense de Mineração, empresa que opera com carvão mineral.

A disputa real não começou

As medidas e reformas implementadas são insuficiente para resolver a crise financeira e recuperar a capacidade de investimento da estado. As grandes questões ainda estão pela frente: a política salarial dos servidores, a reorganização do sistema financeiro estadual, a postura frente as mobilizações dos Sem-Terra, o combate a sonegação e isenções fiscais, os desequilíbrios decorrente do Mercosul, o tratamento da dívida interna e externa, da reforma constitucional e do ajuste neoliberal.

A posição do PT frente a estes temas determinará a capacidade do partido se firmar como alternativa de governo. Ao lado de uma intervenção qualificada no legislativo, será decisiva a ligação do PT com os movimentos sociais, organizando a resistência popular ao programa neoliberal e as lutas reivindicativas pelo acesso dos serviços públicos. Precisamos construir uma alternativa de desenvolvimento democrático e popular para o estado, capaz de mobilizar amplos setores da sociedade. Só assim conseguiremos confrontar globalmente com o governo. □

Pepe Vargas é deputado estadual pelo RS.

Refiliação e reorganização do PT

RAUL PONT

Na reunião da Direção Nacional do PT em dezembro de 1994 foi decidida a campanha de filiação e refiliação do partido. A decisão foi assumida como um dos marcos dos festejos dos 15 anos de vida do PT, mas principalmente para demarcar uma virada na organização partidária, uma sacudida após uma derrota eleitoral que apontou imensas fragilidades na estrutura orgânica do partido.

Um debate bem vindo

O debate na direção aprofundou pouco. Apesar disso, houve muito otimismo com uma campanha que mexesse com a militância, que redesenhasse o perfil real do PT e não o cartorial.

Muitos argumentos repetiam que a refiliação nos daria o partido real, nos conduziria a uma nova relação orgânica e que a dependência das contribuições institucionais de parlamentares, executivos e cargos de confiança diminuiria sensivelmente. Teríamos filiados mais conscientes, contribuindo com finanças regularmente e, portanto, melhor preparados para as grandes pugnas políticas vindouras.

Mas o debate revelou também que na maioria dos Estados o Regimento Interno é desrespeitado, as próprias direções criam casuísmos, anistias e isenções que desmoralizam e impedem uma vida orgânica democrática, fraterna, isonômica, no trato das contribuições partidárias.

Assim, a refiliação não irá evidentemente solucionar a maioria dos nossos problemas orgânicos. O mérito da campanha, no entanto, está na possibilidade de reabrir a discussão, de escancarar nossa fragilidade organizativa, de radiografar todos os erros que acumulamos ao longo desses quinze anos.

A prática das direções

Porque até hoje somente em alguns Estados vige o critério regimental de que o exercício do voto tem que ser precedido por estar em dia com a contribuição partidária?

A maioria das direções regionais acaba decretando anistias, casuísmos são inventados e um mês de contribuição já reabilita o filiado a decidir, a votar nas convenções.

A prática predominante é a responsável pela ausência de recursos, pelo amadorismo no trato da estrutura material (sedes, veículos, impressoras, telefones, fax, computadores etc.), sem a qual a prática política não se realiza e as direções não passam de saraus diletantes cujas resoluções, orientações, informes etc., não se materializam, não se socializam e nem chegam a ninguém.

Decidir a fazer uma campanha de filiação e refiliação passa necessariamente por aprofundarmos esse tipo de questão, sob pena de vivenciarmos mais uma frustração. Não teremos mais a filiação cartorial - apesar dela continuar sendo exigida se não mudarmos a Lei Orgânica atual - e teremos um partido enxuto, mais real, mas sem resolvermos os verdadeiros problemas que nos atingem.

Enquanto não incorporarmos conscientemente na militância, nos filiados, que quem não paga não vota, cairemos irremediavelmente na dependência das contribuições institucionais dos descontos compulsórios dos parlamentares, prefeitos e cargos de confiança.

Hoje, é necessário ter bem claro que muitos que criticam essas contribuições o fazem pensando em ampliar o leque dos contribuintes, estendendo-o - conforme os critérios do Regimento Interno - a todos os filiados. Há, no entanto, uma outra crítica a essa dependência que aponta, simplesmente, na direção de diminuir as contribuições compulsórias e conseqüentemente ampliar o fosso cada vez maior entre filiados e os gabinetes e escritórios parlamentares que tendem crescentemente a se autonomizarem do partido.

Essa é uma das questões cruciais no PT, pois não há estrutura orgânica capaz de resistir a esse processo de constante tensionamento entre essa autonomização e os centros de direção partidária.

Outra política de construção

A ausência de vida orgânica regular, rotineira - sem a qual não se constrói referências, nem sedes para reuniões e formação política, nem locais de enraizamento social e ligação com os movimentos populares - leva-nos a infernal roda-viva dos calendários eleitorais.

Gasta-se de forma eleitoral e semelhante aos partidos capitalistas. Em períodos eleitorais brotam centenas de comitês, cai-se na mesma lógica dominante. Depois, passamos dois anos pagando contas até o novo ciclo de gastos reiniciar.

Nestas condições não é de admirar que acabemos tentados ao dinheiro fácil dos grandes capitalistas, das empreiteiras exemplares na corrupção e na privatização dos recursos públicos.

Nossa maior força reside no caráter de massas do PT. Não somos um partido de notáveis, de quadros eleitorais. Nossas campanhas devem estar alicerçadas nas bases dos movimentos sociais construídos ao longo dos anos.

Comparemos o que o partido gasta hoje numa campanha eleitoral e o que gasta (ou só paga contas?) nos anos seguintes com a organização dos movimentos populares, com cursos e escolas de formação política, com investimento em infraestrutura material, com enraizamento social através de sub-sedes etc, e veremos que são incomparáveis os esforços e os gastos em anos eleitorais com os recursos (mínimos) aplicados nos períodos não eleitorais.

Estamos completando 15 anos de vida e mais uma experiência de um jornal do partido está em crise profunda, sem recursos, sem capacidade de auto-sustentação e não tendo de parte da Executiva Nacional uma priorização de recursos para sua viabilização material e política, pois ninguém mais do que a Direção partidária precisa de um instrumento desse tipo para a construção orgânica. Vamos nos render a mais uma derrota desse projeto de imprensa, fechando o **Brasil Agora** como já ocorreu com experiências anteriores?

Este é um profundo erro. Sem um órgão desse tipo que seja porta-voz das decisões partidárias, capaz de coesionar os milhares de petistas espalhados num país imenso e com enormes disparidades regionais, ficaremos sempre a mercê das versões da **Globo**, da **Folha de São Paulo** ou de seus repetidores regionais.

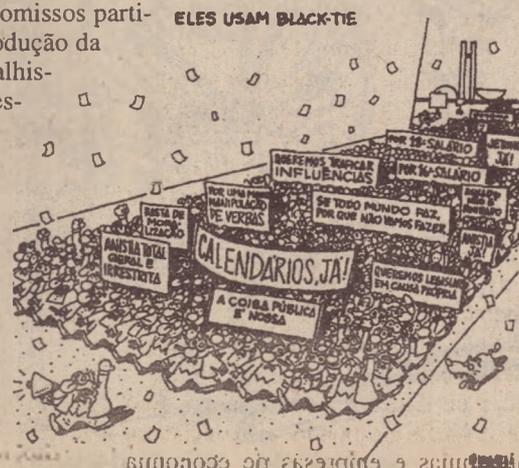
Se enveredarmos por outras questões orgânicas do tipo, relação com assessores e especialistas em cargos de confiança nos parlamentos e administrações, veremos que aí também crescem tensões entre os compromissos partidários de militância, contribuição e reprodução da política com as questões de direitos trabalhistas, vantagens, vínculos empregatícios, estabilidade etc... Não há, também, critérios uniformes entre os Estados para determinar limites de gastos com pessoal. Em alguns não há nem critérios.

Organização e política

O abandono dos movimentos sociais, sindical, popular-comunitário e estudantil, pelo PT é flagrante. Não há acompanhamento. Não se priorizam dirigentes nacionais e regionais para organizar a ação partidária em seu inte-



A refiliação abre um debate necessário sobre as enormes fragilidades organizativas do PT.



rior, mas, com prodigalidade, temos inúmeros assessores nos gabinetes parlamentares e em atividades internas do partido.

A questão orgânica é, essencialmente, política. O debate sobre reorganização e novos critérios de filiação passa, assim, necessariamente, pela sintonia fina da coesão programática abalada pela autonomização de centros de poder e decisão que não expressam o conjunto do partido, mas ganham expressão pública exatamente porque criticam ou confundem as orientações democraticamente construída pelo partido.

Estas questões permeiam qualquer campanha que venha sacudir, trazer sangue novo ao PT no momento em que se

encaminha para a maioria dos seus 15 anos.

Os temas aqui sinalizados revelam a complexidade do processo que a refiliação reabre no partido. Não se trata portanto, de uma simples atualização de fichários, mas de discutimos simultaneamente nossas enormes fragilidades orgânicas procurando superá-las conforme a dimensão das tarefas que temos pela frente. Todas essas questões não se resolvem apenas com re-impressão e leituras do Regimento Interno para os que esqueceram ou nem o conhecem. □

Raul Pont é vice-prefeito de Porto Alegre.

Paraíba: um campo combativo

AVENZOAR ARRUDA

O processo eleitoral na Paraíba foi marcado por dois campos de petistas: um que defendia a candidatura própria do PT e o outro que defendia o apoio ao candidato do PMDB.

Durante todo o processo ficou evidente que o campo que defendia a candidatura própria era plenamente majoritário nas bases partidárias, mas representava apenas a metade do Diretório Regional e de sua Comissão Dirigente, o que acabou gerando vários impasses na campanha, só resolvidos quando havia a consulta direta as bases, através de plebiscitos ou encontros.

Polarização interna

O campo denominado de *combativo* (defendia a candidatura própria), era inicialmente composto pelos companheiros do HV, da DS e por setores regionais como aqueles representados por Padre Adelino (eleito Dep. Estadual) e por João Mamede (Zizo), mais os petistas do Sertão paraibano representados por Izidoro, Jeová Vieira, César e Toinho Gadelha e Severino Dantas.

O *campo combativo* incorporava também alguns intelectuais independentes e outros setores que, embora defendendo as mesmas posições, não atuavam de forma coordenada neste campo.

No final do processo, o HV se dividiu, com o setor vinculado a Associação dos Docentes da UFPB passando a defender uma conciliação com o outro campo - defensor do apoio ao PMDB - mas a ampla maioria da base militante do

HV, liderados por Giucélia Figueiredo, Irenaldo Barbosa e Edvan Silva, continuou defendendo uma postura de diferenciação que acabou sendo vitoriosa.

Os debates sobre a posição do PT no segundo turno das eleições, consolidou os dois campos em luta e aqueles que defenderam o apoio ao PMDB passaram a defender abertamente a candidatura de Mariz, enquanto que aqueles que defenderam a manutenção da candidatura própria, passaram a defender a equidistância do PT em relação aos dois candidatos que haviam chegado ao segundo turno.

Foi realizado um plebiscito na base do PT, e a proposta da equidistância venceu com 63% (sessenta e três por cento) dos votos, contra 22% (vinte e dois por cento) que indicavam o apoio a Mariz, 6% (seis por cento) que indicavam o voto em Lúcia Braga e 6% (seis por cento) que indicavam o voto nulo.

O campo defensor da candidatura

de Mariz não respeitou o resultado e continuou fazendo campanha no palanque do PMDB.

Articulação do campo

Passadas as eleições, formou-se uma comissão para organizar uma reunião do *campo combativo*, cujo objetivo seria fazer uma avaliação do processo eleitoral e pensar um novo rumo para a construção do PT no Estado.

Esta reunião aconteceu em João Pessoa e definiu as bases para a construção do novo campo petista: superar a crise de direção local, impulsionar um novo projeto de construção partidária com ampla participação das bases e combater as oligarquias nas diversas regiões do Estado.

Uma preocupação dos presentes nessa reunião era com a compatibilização entre o processo de unificação da esquerda petista em nível estadual, e a diferenciação em nível nacional, uma vez que o campo rompe com a dinâmica das tendências nacionais e se constrói a partir de uma experiência localizada. Neste ponto, há um acordo que não poderá haver alinhamentos automáticos, o que pressupõe um período de diálogo com todas as correntes que formam a esquerda petista em nível nacional e até mesmo um certo grau de diferenciação interna no que diz respeito a questões que extrapolem a experiência local. Há também um grande acordo em se fazer um esforço para nos inserirmos em um debate nacional buscando uma mudança de rumos na construção do PT.

A formação do *campo petista combativo* supera a idéia de uma composição apenas para disputar o diretório estadual, havendo um compromisso fundamental com a formulação de uma nova proposta organizativa para todos os setores que dele participam, sem prejuízo do patamar organizativo já atingido por alguns.

O texto base da reunião, elaborado por Avenzoar, Giucélia, Izidoro, Irenaldo e Feitosa, destacava que "O PT não pode pretender responder a todas as indagações humanas, mas, tão pouco pode recusar-se a responder aquilo que é essencial na conjuntura política atual". E isto significa que a unidade do *campo combativo* deve ser construída a partir de uma compreensão do que é essencial para o PT neste momento.

Este caminho da unidade do *campo petista combativo* na Paraíba, tem seus limites na medida em que a seleção daquilo que é essencial não é uma tarefa fácil, entretanto supera a dinâmica das tendências tradicionais e seus programas globais, perfeitos e inegociáveis, bem como a dinâmica dos grupos sem propostas que se articulam em torno de algumas personalidades, apenas para disputar espaço no aparelho partidário.

Durante todas as discussões em torno da superação da atual dinâmica das tendências, ficou bastante claro que isto nada tem em comum com o velho preconceito contra as tendências dentro do partido, antes, pelo contrário, o campo se afirma no combate pela irrestrita democracia e respeito às instâncias partidárias como único caminho que possibilitará o crescimento do PT. □

Avenzoar Arruda é vereador de João Pessoa e secretário-geral do PT da Paraíba

O campo combativo formado a partir da eleição deve se manter e garantir a construção do PT no estado.

CATEGORIA LUXO



O PT e o governo FHC

DIREÇÃO NACIONAL DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA

O PT defronta-se hoje, depois da importante derrota política que sofreu na eleição presidencial de 3 de outubro, com dois grandes desafios: lutar contra a aplicação pelo governo FHC do seu projeto neoliberal, agora enfraquecido pelas dificuldades da nova situação econômica internacional; e superar as graves debilidades políticas e orgânicas que o partido acumulou nos últimos anos e que se expressaram com peso na disputa de 1994. Este texto é uma contribuição da direção nacional da tendência Democracia Socialista do PT para o debate do primeiro destes temas.

1. O grande desafio ao Plano Real. O começo do governo Fernando Henrique Cardoso está sendo marcado por processos contraditórios. De um lado, buscando cumprir seu programa e os compromissos que estabeleceu com a coalizão formada em torno de sua candidatura, FHC está organizando uma ofensiva política pela aprovação das mudanças constitucionais que atendem aos interesses do grande capital: o fim dos monopólios estatais (petróleo, telecomunicações) e da distinção entre empresa nacional e estrangeira e uma ampla reforma dos sistemas de previdência e tributário. As alterações constitucionais são concebidas pelo governo como primeiro passo para uma reorganização da economia, do Estado e das relações sociais, colocando-os em correspondência com as transformações em curso no capitalismo, reduzindo o "custo" e o "risco Brasil" e tornando o país mais atrativo para os investidores internacionais.

De outro lado, este início teve como sua dimensão mais visível, num primeiro momento, os tropeços e erros cometidos na relação do governo com o Congresso controlado pela direita mais tradicional, o que evidenciou para parte da população os verdadeiros compromissos do executivo. Novas disputas do governo com sua base parlamentar voltaram a ocorrer em março. Mas principalmente o governo está tendo que enfrentar enormes dificuldades provocadas pela alteração da conjuntura econômica internacional. Elas questionam a possibilidade de continuar aplicando-se no Brasil a política neoliberal "pura" que norteou a formulação do Plano Real e a constituição da aliança vitoriosa com FHC.

A crise do México e da Argentina, tão ou mais grave do que a crise da dívida de 1982, já mergulhou estes países na recessão e é apenas a manifestação mais espetacular da grande fragilidade do horizonte com o qual está operando o neoliberalismo na América Latina. Ela parece apontar, por sua gravidade, para o esgotamento de um modelo internacional de ajuste no momento em que o Brasil estava se integrando a ele. E a crise nestes países não para de se agravar, contrariando as expectativas de que a Argentina seguraria sua situação até a eleição presidencial de 14 de maio. Atropelado pelo refluxo nos capitais especulativos dos mercados latino-americanos e ameaçado pelo aprofundamento do déficit na conta corrente do balanço de pagamentos (em consequência das medidas adotadas para viabilizar o Plano Real no ano passado), o governo brasileiro teve, dias 6 e 10 de março, que alterar significativamente sua política cambial, vale dizer, alterar as bases do "plano" (através do que vem sendo chamado de Real 2).

Existem sérios problemas solapando o projeto do governo, ainda que seus limites não estejam pré-estabelecidos. Eles vem sendo, até agora, colocados pelas dificuldades decorrentes do quadro econômico internacional, mas este cenário adverso introduz também um forte problema de legitimidade para o programa conservador e contribui para fragilizar internamente a proposta. Isso pode permitir a organização de uma oposição muito mais forte do que a que até agora se expressou ao projeto neoliberal. Ambos os processos tendem forçar uma redefinição ainda mais profunda do programa do governo.

Num cenário onde há bastante coisa em disputa, temos muito espaço para a oposição popular ao governo FHC e para

a resistência à aplicação ao projeto neoliberal. Mas será apenas se o PT e seus aliados forem capazes de apresentar uma alternativa, que poderemos derrotar o movimento profundamente reacionário da classe dominante, que está colocando em xeque a própria nação.

2. O novo marco internacional. O panorama da economia capitalista está marcado pelo fim, em 1994, da terceira recessão internacional generalizada das últimas décadas - a de 1991/3, sendo as anteriores as de 1974/5 e 1980/2.

Durante a recessão nos países centrais, e em particular nos EUA, a taxa de juros foi reduzida para estimular a retomada, o que induziu o capital especulativo a buscar investimentos mais lucrativos do que os disponíveis nestes países. Este foi o momento do boom dos chamados "mercados emergentes": o fluxo de capital internacional privado para os mercados mais lucrativos da periferia pulou, segundo os dados do BIRD, de US\$ 41 bilhões em 1989 para US\$ 172,9 bilhões em 1994 (sendo o maior salto justamente em 1992, quando este crescimento foi de 55%). Com a abertura, desregulamentação e globalização dos mercados, em particular dos financeiros, a maior parte destes capitais aplicados nas bolsas de valores das periferias são "hot money", investimentos de curto prazo, extremamente sensíveis aos movimentos especulativos das finanças internacionais - cujos fluxos e principalmente refluxos podem provocar explosivas crises monetárias e cambiais nos países por eles atingidos. A subordinação das moedas nacionais dos países da periferia ao dólar elimina qualquer possibilidade de garantir-lhes uma estabilidade duradoura.

O importante crescimento da economia dos EUA em 1994 produziu um rápido aumento do déficit do seu balanço comercial e vem sendo acompanhado da queda da cotação do dólar. Já desde o início do ano passado que a elevação da taxa de juros nos EUA e a necessidade de realizar os ganhos dos investimentos nas bolsas dos países da periferia provocaram uma acentuada desaceleração do movimento de capitais. O FED, banco central dos EUA, vem tentando conter, desde o início de 1994, o crescimento do déficit comercial e o que consideram uma expansão excessiva da alta (que poderia produzir uma elevação da inflação) através da alta gradual da taxa de juros no mercado norte-americano. Agora, com a crise do México e uma queda pronunciada do dólar, estas taxas de juros tenderão a ser ainda mais elevadas. Os aplicadores dispostos a investir nos chamados "mercados emergentes" serão atraídos para aplicações nos EUA e em outros países centrais, onde além da rentabilidade encontram, em geral, maior segurança. O grande afluxo de capitais externos para a América Latina nos últimos anos revelou-se parte de um movimento temporário.

Assim, a "crise do México" é o resultado de uma política econômica que utilizava a sobrevalorização cambial como instrumento básico de contenção dos preços e financiava um déficit estrutural no balanço de pagamentos atraindo capitais voláteis do mercado financeiro internacional, apresentando um movimento temporário (ligado ao refluxo dos investimentos nos países centrais durante a recessão) como um processo permanente, como um novo modelo de desenvolvimento. Daí a debilidade da situação macroeconômica não só do México como da Argen-

O governo está tendo que enfrentar enormes dificuldades provocadas pela alteração da conjuntura econômica internacional.

Fazenda Anoni (RS)



J. R. Rippe / Angular

A crise cambial expressa o esgotamento de um modelo internacional de estabilização.

tina e, embora ainda não tão grave, também do Brasil.

O México atuou como detonador desta crise mais geral das políticas neoliberais no continente não só porque aí foi o local onde esta orientação foi aplicada por mais tempo, mas também porque foi abalado por uma grave crise política e social, com a sublevação indígena em Chiapas conduzida pelos zapatistas, expressando uma denúncia do modelo social neoliberal e um processo de criminalização das direções políticas que conduziram as reformas - que chegou à eliminação física, em consequência das disputas internas no partido, de lideranças do PRI, com os assassinatos de Colossio e do ex-secretário-geral Massieu.

Com o retorno do capital privado de maior liquidez para os países centrais, não teremos mais os capitais para sustentar as políticas de estabilização que vinham sendo aplicadas na América Latina, baseadas em âncoras cambiais. O problema da dívida externa voltará a se colocar com peso, agravado pelo fato da elevação dos juros internacionais provocar um aumento dos custos da dívida (que em parte ainda está contratada a juros flutuantes). Com os governos operando a partir de políticas neoliberais, a crise financeira terá também um forte impacto recessivo sobre a economia do continente.

Para a América Latina, o cenário que está se desenhando parece tão ou mais adverso do que o que se seguiu à crise da dívida de 1982. O que está ocorrendo no México e na Argentina não é apenas mais uma crise cambial, mas uma

perda substancial de soberania nacional, uma desestruturação profunda da nação.

3. Consequências políticas.

Assim, a situação na América Latina é hoje bastante contraditória. As vitórias conservadoras nas eleições ocorridas em muitos países do continente no último período, com derrotas das forças de esquerda mais sig-

nificativas da América Latina (e um destaque especial para a derrota da candidatura Lula no Brasil) foram resultado, em boa medida, do ímpeto da vaga neoliberal e da incapacidade das esquerdas apresentarem um projeto alternativo. Elas criaram um terreno institucional e estabeleceram uma correlação de forças ainda mais favorável para a aplicação das políticas neoliberais.

Mas, de outro lado, o impacto da crise financeira revela a inviabilidade de aspectos chaves do "modelo" sistematizado pelo Consenso de Washington - programas de combate à inflação baseados na dolarização ou em "âncoras cambiais" e na necessidade de um forte fluxo de entrada permanente de capitais externos, agora uma perspectiva inviável. Isso representa um importante golpe na imagem do projeto neoliberal e pode, apesar da intoxicação ideológica promovida pela mídia, solapar sua legitimidade e desvendar sua dimensão neocolonial. A crise mexicana só não se transformou num pânico financeiro internacional porque os EUA praticamente anexaram a economia do México ("emprestando-lhe" US\$ 53 bilhões, contra os US\$ 5 bilhões que foram emprestados para enfrentar a crise de 1982). Passam a controlar diretamente todos os aspectos da política econômica daquele país, a ponto de as receitas obtidas com a exportação de petróleo terem agora que ser compulsoriamente depositadas no banco central norte-americano.

4. Os limites da estabilização. O Plano Real utilizou agressivamente dois elementos: a âncora cambial (não apenas com a fixação nominal do câmbio mas inclusive com uma valorização nominal adicional do real em relação ao dólar em cerca de 15%) e uma aceleradíssima abertura da economia, com o crescimento rápido e indiscriminado das importações. Ele pressupunha reservas muito elevadas e o aumento da entrada de capitais no país (atraídos por taxas de juros elevadíssimas). A combinação destes elementos foi decisiva

para a manutenção, até agora, da inflação baixa.

Estes elementos já estão sendo abandonados ou no mínimo muito flexibilizados na tentativa de evitar que o Brasil enfrente a curto prazo uma crise cambial. Neste ano, calcula-se que saíram do país em janeiro e fevereiro, US\$ 3,3 bilhões de capital especulativo, movimento que se acentuou bastante em março com o Real 2 (os jornais estão falando da saída de cerca de US\$ 5 bilhões). E a situação deficitária do balanço comercial ainda não foi revertida: os déficits foram respectivamente de US\$ 492 milhões em novembro, 884 milhões em dezembro e 290 milhões em janeiro. Economistas do governo reconhecem que as medidas de limitação do consumo adotadas em fevereiro, que penalizaram os setores de automóveis e eletrodomésticos, visavam não só tentar conter uma demanda potencialmente inflacionária mas principalmente o crescimento das importações. Vai no mesmo sentido a elevação da alíquota de importação de automóveis de 20 para 32%. E, apesar disso, a inflação em março será mais alta.

5. As opções do governo. A consolidação da estabilização econômica torna-se agora muito mais complexa e só poderá ser obtida a partir de um reordenamento profundo do setor público. A escassez de capitais dispostos a aplicar no Brasil impõe a manutenção de superávits no balanço comercial e elimina o aumento das importações como política antiinflacionária. Além disso, as próprias medidas já tomadas ou que terão que ser adotadas, como a desvalorização do Real e o aumento dos impostos sobre importações, têm implicações inflacionárias.

A manutenção da inflação baixa exige, a médio prazo, um complexo processo de desvio da "âncora" cambial para a "âncora" fiscal. Ora, um ajuste do orçamento público, dadas as características do governo FHC, não está garantido e, se ocorrer, deverá ser muito regressivo, baseando-se mais cortes nos gastos sociais e nos investimentos estatais. Mesmo o orçamento já enviado ao Congresso exige ainda um corte suplementar de US\$ 8 bilhões para ser contabilmente fechado.

Deverá também haver um processo muito regressivo para reduzir o "custo Brasil", baseado na redução do "custo da mão de obra" (através de cortes nas obrigações trabalhistas) e de impostos para exportadores.

Neste cenário, a política de privatização das empresas estatais cumpre vários objetivos perseguidos pela atual equipe econômica, como demonstrar confiabilidade para tentar atrair novos capitais, oferecer negócios de alta rentabilidade e mesmo gerar caixa para fechar as contas públicas sem aumento de impostos para a burguesia.

Este quadro confirma a perspectiva de a política econômica e social do governo FHC ser a mais reacionária desde a ditadura militar, com uma orientação agressivamente contrária ao trabalho, impulsionando uma acentuação sem precedentes da dependência externa do país. Este caráter apenas pode ser atenuado pela pressão que o movimento democrático e popular puder exercer, criando uma correlação de forças mais desfavorável para as elites. Afinal a coesão da aliança conservadora tende a tornar-se mais frágil na medida em que o governo se mostre mais impopular

6. As reformas neoliberais. As reformas perseguidas pelo governo, apresentadas pela propaganda burguesa como um caminho de modernização, buscam colocar a economia do país em consonância com as transformações por que passa o modo de produção capitalista, tal como interpretadas pela classe dominante brasileira e internacional.

Estas mudanças na economia global têm um caráter regressivo: ataque aos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas dos assalariados, desmonte do Estado do "bem-estar social" e do Estado nacional-desenvolvimentista, eliminação da capacidade dos Estados nacionais definirem suas próprias políticas econômicas, acabando com toda barreira à globalização dos mercados e, portanto, ao fluxo de mercadorias, comunicações, capitais e investimentos. Estamos face a reorganização profunda dos processos de trabalho e administração, em que o capital, apoiado em uma revolução tecnológica, procura se apropriar de cada minuto do tempo disponível da força de trabalho, intensificando os ritmos e desmontando os mecanismos de defesa construídos pelos trabalhadores.

O desenvolvimento de um país passa a ser visto, desde a ótica neoliberal, como consequência da sua capacidade de



J. R. Ripper/Angular

Comidas da campanha: Conceição do Araguaia (PA)

Temos agora mais espaço para uma oposição popular ao governo FHC.

atrair e fixar capitais, com baixos salários e despesas trabalhistas e previdenciárias, boa infra-estrutura social e econômica, estrutura fiscal favorável ao capital, mercados consumidores.

As reformas pretendidas pelo governo FHC são profundamente reacionárias, visando antes de tudo aumentar a liberdade de movimento do capital e as garantias dadas a ele. Implicam na reorganização do funcionamento do capitalismo, das suas relações sociais e do papel do Estado para potencializar a taxa de lucro dos setores burgueses hegemônicos e reduzir tanto os salários diretos e indiretos como a tributação sobre o capital. Esta regressão política, social e econômica é agravada pela perda de soberania do Estado brasileiro, acentuando sua dependência e subordinação frente aos países da Triade e às corporações multinacionais.

A tentativa de eliminação dos monopólios estatais visa abrir novos espaços para o investimento do grande capital em áreas em expansão (como no caso das telecomunicações). Visa também abrir a possibilidade de repassar para a iniciativa capitalista a tarefa de constituir a infra-estrutura econômica (transportes, energia, comunicações). Vinculado a isso, busca eliminar a distinção legal entre empresa nacional e estrangeira para estimular o deslocamento para o país de investimentos estrangeiros e facilitar a privatização de empresas como a Vale do Rio Doce.

A reforma do sistema previdenciário pretende, com a eliminação da aposentadorias antecipadas e outras medidas, além de reduzir os encargos sociais do capital e o repasse de recursos do Estado, abrir um enorme campo para a acumulação privada através da generalização dos fundos de pensão para os assalariados melhor remunerados. A previdência estatal ficaria encarregada de atender às maiorias carentes.

A reforma fiscal tem que permitir ao governo federal equacionar metas contraditórias. De um lado, reduzir o dispêndio do grande capital com pagamentos de tributos, o que se opõe a medidas como a taxação das grandes fortunas ou mesmo vai contra uma orientação de elevar os impostos. De outro, elevar a receita do governo de modo a equilibrar o orçamento. Uma solução é reverter a tendência estabelecida pela Constituição de 1988, que repassou parte dos tributos federais para os estados e municípios, mas isso se choca com os interesses do poderoso lobby dos governadores no Congresso.

Se o governo FHC e as forças que o apoiam serão ou não capazes de aprovar as alterações constitucionais que propiciem um novo marco institucional para a economia e redefinem o papel do Estado brasileiro, é algo por ser definido pela disputa deste ano no Congresso. Mas mesmo ela tem que ser melhor contextualizada. De um lado, porque a aplicação do programa neoliberal não está amarrada às alterações legislativas; todo o processo de abertura da economia, por exemplo, foi conduzido por decisões do executivo federal, que dispõe de uma grande margem de manobra em inúmeras esferas. De outro, mesmo que as reformas venham a ser aprovadas, a definição das novas regras e a ocupação dos eventuais espaços abertos resultará de um processo prolongado de disputas entre setores do capital e destes com os setores populares. O decisivo é a correlação global de forças na sociedade, em boa medida determinada pela capacidade de o movimento operário e popular acumular estrategicamente na sustentação de uma alternativa ao neoliberalismo.

7. A constituição de uma nova hegemonia burguesa.

Uma mudança da envergadura que está hoje posta para o capitalismo brasileiro confronta interesses solidamente estabelecidos, tanto junto à maioria da população quanto junto a setores da própria burguesia, já que privilegia algumas facções do capital e penaliza outras. Requer, portanto, uma sólida direção política por parte do campo burguês.

A formação do governo FHC representou a rearticulação de um centro estratégico burguês, bastante em sintonia com os centros de decisão imperialistas. Trata-se da coalizão conservadora mais ampla formada no país nas últimas décadas, tendo como eixo a aliança PSDB-PFL, mas abrangendo também o PTB, o PP, o PL e setores do PMDB e mesmo do PDT (Jaime Lerner).

A grande questão colocada - em que medida esse governo pode propiciar a superação da crise de direção do Estado e a fragmentação do campo burguês - será respondida na medida em que as elites consigam ou não avançar, jurídica e praticamente, nas reformas neoliberais. Naturalmente, as mudanças no quadro internacional passam a pesar hoje

fortemente contra a aliança no poder. Mas dois outros aspectos são decisivos.

De um lado, a coesão do bloco no governo. A relação entre os partidos que o estruturam - a nova direita moderna do PSDB agrupada ao redor de FHC, ideologicamente mais identificada com a agenda neoliberal, mais preocupada com os interesses do grande capital monopolista, e a direita tradicional do PFL e de outros partidos - tende a ser um foco de tensão. Com a eleição de Sarney para a presidência do Senado e Luis Eduardo Magalhães para a presidência da Câmara, o peso institucional do PFL foi substancialmente reforçado. Apesar de ter um acordo programático com o PSDB, não interessa ao partido que o governo FHC seja muito fortalecido. O presidente terá dificuldades com o Congresso para aprovar medidas ligadas ao ajuste fiscal e as propostas impopulares da reforma da previdência.

De outro, a capacidade de o PT e o movimento democrático e popular construir a alternativa política e programática que faltou na disputa presidencial de 1994.

8. Um terreno mais favorável de disputa. A feição antipopular que FHC adquiriu desde os primeiros momentos de seu governo e as consequências da crise financeira da América Latina mostra que existe bastante espaço para uma linha de oposição intransigente ao novo governo. Esta orientação é inclusive uma necessidade imperiosa para defender os interesses das maiorias excluídas e da própria nação.

Um aspecto que nos favorece é que o fim do "imposto inflacionário" torna muito mais claro a real distribuição da riqueza no país e estimula os setores penalizados a se mobilizem para lutar por uma fatia maior do "bolo". Os dados sobre o endividamento crescente da classe média e, de um modo geral, dos assalariados, de um lado, e uma certa recuperação do nível de emprego, de outro, tendem a explicitar e acirrar o conflito distributivo.

Além disso, as propostas de reformas ameaçam direitos de amplas parcelas da população, particularmente no que se refere à previdência. Teremos um cenário bastante favorável à mobilização social. Mesmo as propostas de eliminação dos monopólios golpeia setores com grande peso político.

A luta para derrotar as reformas neoliberais propostas pelo governo será o centro de nossa intervenção na conjuntura de 1995. Assim, a capacidade de nos credenciarmos como alternativa real ao bloco dominante no processo de disputa que temos pela frente será, em grande medida, estabelecida pelo nosso posicionamento político e nossa ação prática face às reformas, de um lado, e pela nossa condição de articularmos os enfrentamentos pontuais contra elas com referências mais gerais que evitem que as energias liberadas nas lutas se dispersem apenas em mobilizações localizadas. Depende, portanto, de enfrentarmos abertamente, sem concessões, a ideologia anti-social e anti-nacional dominante. Depende de apresentarmos uma postura coerente, visível para toda a sociedade, que confronte o projeto das elites de conjunto, rejeitando qualquer processo de negociação das reformas que nos coloque numa posição subordinada à lógica reacionária da reorganização em curso. Tudo isso impõe uma retificação profunda da ação que o PT veio desenvolvendo nos últimos anos.

O cenário que está se desenhando na América Latina parece tão ou mais adverso do que o que se seguiu à crise da dívida de 1982.

A crise financeira é um importante golpe na imagem do projeto neoliberal, solapando sua legitimidade e desvendando sua dimensão neocolonial.

Trabalhadores rurais realizam a vigília pela terra, São Bernardo do Campo



Januário F. da Silva

O avanço ou não na estabilização de uma nova hegemonia burguesa depende, em boa medida, da capacidade do PT construir uma alternativa.

9. Tirar as consequências do balanço da derrota de 1994. Adentramos num novo período da vida política do Brasil carregando ônus de termos sido incapazes de construirmos uma alternativa real às elites nos últimos anos. A eleição presidencial de 1989 foi o ponto culminante da escalada de confrontação entre o campo popular e o campo burguês que se desenvolveu na década de 80 e permitiu uma disputa aberta entre dois projetos de país, entre as duas saídas para a crise nacional. Mas desde 1990 a condução política e a construção do PT vem expressando um retrocesso na nossa capacidade de disputar projetos, cujo ponto máximo foi a impotência da candidatura Lula na eleição presidencial de 1994. Nossa prática, tal como expressa na intervenção de dirigentes e parlamentares, tem sido, muitas vezes, bem distinta das resoluções aprovadas em nossos encontros. Aceitamos que nosso discurso de uma alternativa global para a sociedade fosse sendo desconstruído nos últimos cinco anos, reduzindo muito a coesão do campo popular - o que pesa bastante contra nós na definição da correlação de forças. Assim, embora hoje tenhamos dois campos sociais em confrontação no país, o da burguesia e o dos trabalhadores, temos apenas um projeto político visível, o neoliberal, que efetivamente pauta e disputa a saída para os grandes problemas, do ponto de vista das elites. O projeto popular tem que ser restabelecido e ganhar visibilidade.

A derrota de 1994 mostrou também a fragilidade da orientação estratégica de disputa pelo poder que, na prática, estava centrada no prestígio pessoal de Lula. Não construímos mobilização e organização social, nem a organização partidária que nos colocassem à altura do grau de confrontação que a luta pelo governo exige. Temos, agora, que retificar nossa orientação política e principalmente desenvolver uma prática diferente, superando a indiferenciação que o PT vem demonstrando frente as forças políticas das elites, para voltarmos a colocar na ordem do dia uma linha estratégica de luta pelo governo.

10. Barrar as mudanças constitucionais neoliberais. A luta contra as mudanças constitucionais é a prioridade zero. As contradições que elas gerarão no seio da própria classe dominante, e principalmente de sua representação parlamentar, e o forte poder de pressão potencial de um movimento nacional contra as reformas que está sendo constituído devem pesar no sentido de definirmos uma tática de confronto global e não de negociação com o governo. As posições até agora adotadas pela direção do PT e por suas bancadas vão neste sentido e devemos combater duramente qualquer vacilação no partido.

Mas temos que ser mais afirmativos. Se contra o fim dos monopólios através da "desconstitucionalização" sustentaremos a defesa do texto atual da Constituição, no que diz respeito às questões da previdência e da reforma tributária isso não basta. Necessitamos, nestes pontos, apresentar as nossas propostas alternativas ao do governo e organizar ampla campanha de aglutinação de forças em sua defesa. Isso exige aprofundarmos a elaboração partidária sobre estes temas, mas permite uma postura muito mais ofensiva na disputa política na sociedade e no parlamento, bem como uma maior politização do campo popular. Esta orientação facilita também uma intervenção mais partidária das nossas bancadas na Câmara e no Senado. A coesão do campo popular é tanto mais decisiva na medida que os prazos de tramitação das emendas podem ser bastante curtos.

11. Uma nova política de alianças. Esse enfrentamento exige também que estabeleçamos outra política de alianças para o partido, superando claramente as desastrosas ambiguidades face ao PSDB que imperaram desde 1990.

A partir de então, um setor do partido passou a repercutir

no PT visões e temas liberais e a adotar uma posição que variava da não-demarcação à defesa de uma aliança prioritária com o PSDB. Ele foi responsável pela oposição despolitizada, mais "ética" e menos programática, ao programa de "modernização" de Collor. Este setor continuou pesando junto à mídia e diluindo as posições do partido em episódios como o plebiscito sobre sistema de governo e a revisão constitucional de 1993/4, embora internamente ao PT tenha sido derrotado no 8 EN. Apesar desta visão incidir cada vez menos dentro do partido, seu impacto destrutivo para nós, sua contribuição para a desconstrução do campo democrático e popular face ao projeto neoliberal é desproporcional ao seu peso orgânico no PT. Devemos superar definitivamente isso, definindo uma política intransigente de combate ao núcleo do campo conservador, FHC e seu grupo.

A dimensão afirmativa desta orientação não é só o balanço auto-crítico de amplos setores do partido e o resgate da linha do 5 EN, privilegiando o coesão do campo democrático e popular. A alteração (e ampliação) da política de alianças a ser feita, como consequência do avanço do neoliberalismo no campo burguês, é definirmos uma relação privilegiada com os setores ainda referenciados num projeto nacional.

12. A alternativa democrática e popular. A luta contra as mudanças constitucionais do governo é não só uma disputa parlamentar mas principalmente uma confrontação política e ideológica global. Sustentá-la exige definições programáticas mais claras do que aquelas que o discurso do partido tem apresentado.

Frente a um projeto internacional tão ofensivo e tão regressivo como o neoliberalismo, só poderemos conceber uma alternativa efetiva tendo como horizonte um projeto também internacional, um novo socialismo. Mesmo na ausência de força política que permita sua viabilização hoje, este permanece o objetivo a iluminar nossa estratégia. Mas isso deve ser acompanhado da formulação de saídas transitórias, possíveis onde a correlação de forças nacional e/ou regional permitam impor saídas nacionais e/ou regionais, democráticas e populares.

Porém, mesmo aí só é possível concebemos um modelo de desenvolvimento alternativo rompendo com os pressupostos básicos do neoliberalismo, que são transformados pela mídia em expressão do senso comum e impregnam mesmo setores da esquerda - a redução do papel do Estado considerado "ineficiente", a desregulamentação das relações entre o trabalho e o capital, a abertura das economias nacionais e sua integração competitiva no processo de globalização e a valorização do mercado como o melhor mecanismo de alocação dos recursos da sociedade.

Isso significa afirmarmos a necessidade de mais Estado, porém um Estado democratizado que empreenda uma política redistributivista em benefício da maioria da população e cuja burocracia esteja sujeita a um forte controle popular por parte de uma sociedade civil atuante. Sustentamos toda iniciativa que reforce os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos, que valorize os laços de coesão e solidariedade entre a maioria explorada e oprimida da nação, e combatemos as iniciativas de desregulamentação e flexibilização das relações entre o capital e o trabalho. Defendermos a necessidade de um novo protecionismo, não para preservarmos carteis econômicos mas associado a defesa de uma ampliação dos direitos sociais e da integração econômica com os demais países da América do Sul, cujos níveis de produtividade permitem sua unificação em um espaço comum com a economia brasileira, sem a destruição do nosso parque industrial. E defendermos o predomínio do controle público sobre o mercado, um controle social sobre os monopólios e os oligopólios, a redução dos espaços da economia onde o critério da lucratividade seja a medida de eficiência e a ampliação da oferta de bens e serviços gratuitos para a maioria da população (vale dizer, ofertados pelo Estado e pagos com os recursos oriundos da tributação dos lucros, rendas e propriedades).

É nos marcos de um projeto nacional que galvanize tanto os setores assalariados quanto os marginalizados da classe trabalhadora, que poderemos visualizar a universalização da cidadania para os brasileiros. Temos, portanto, a tarefa de reelaborar o programa do 9 EN de modo a termos um projeto de país capaz de sustentar a confrontação global contra o neoliberalismo. □

São Paulo, março de 1995.

José Nascimento/Folha Imagem



O povo vai às ruas, pedindo o impeachment de Collor

A luta contra as emendas constitucionais é a prioridade zero do PT e do movimento democrático e popular.

Disputando com os lucros

ENTREVISTA A CARLUCIO CASTANHA

Qual foi a intenção do governo Itamar ao editar em 29 de dezembro de 1994, e de FHC ao reeditar, a Medida Provisória sobre distribuição dos lucros ou resultados?

A distribuição de lucros e resultados é uma velha reivindicação do movimento sindical. Também aparece na Constituição de 1946, se mantém na da ditadura militar e é retomada na atual Constituição (1988). Porém, só agora, é que ela vêm ser regulamentada, infelizmente na forma de MP, sem a mínima discussão democrática com os setores envolvidos.

O atual cenário é de um lobby empresarial no sentido da flexibilização completa das relações capital/trabalho, dentro do marco neoliberal. Nesse rumo, a intenção do governo é oferecer um instrumento que, ao longo do tempo, pode substituir o salário fixo por salário variável (sobre o qual não há encargos trabalhistas).

Na reedição feita por FHC manifestou-se uma segunda intenção de forma muito clara: no artigo 2, ele exclui o sindicato da negociação. Cabe aos sindicatos apenas a função de "arquivar" os acordos celebrados nos locais de trabalho. Já a função de negociar caberia a uma "comissão" escolhida pelos trabalhadores, sem no entanto, estabelecer os mínimos critérios para tal (estabilidade para seus membros, mandato, forma de eleição, etc.). Pode-se identificar aí a intenção de criar condições para o surgimento de "sindicatos por empresa" sob controle do patronato e de enfraquecer a organização sindical.

A combinação de pagamento flexível com a ausência de sindicato na negociação é um ataque frontal à organização dos trabalhadores.

Qual é a estratégia dos metalúrgicos da CUT frente a essa iniciativa?

A reação do movimento sindical, sobretudo a CUT, é de ir para a disputa. Interessa ao movimento sindical fazer a briga pela distribuição do lucro/resultado. Está acontecendo uma fortíssima acumulação de capital, com grande aumento da produtividade, com os salários achatados, etc. e os trabalhadores não têm objetivamente participação no aumento do bolo.

Entendemos que a resposta se dará em dois campos. Por um lado, o de sua regulamentação legal pelo Congresso. Para isso, estamos propondo uma série de alterações na Medida Provisória, ou em caso de não ser reeditada, a elaboração de um Projeto de Lei que regulamente a matéria, a partir das seguintes diretrizes:

- Garantir a participação dos sindicatos nas negociações, respeitando a Constituição.

- Não permitir a individualização (por trabalhador) ou setorialização da distribuição dos resultados. Não podemos permitir que a estratégia empresarial de aumento da produtividade se baseie na disputa entre trabalhadores numa seção ou entre trabalhadores das diversas seções de uma empresa.

- Criar mecanismos para que o salário fixo não seja substituído pela distribuição dos lucros/resultados.

- Ter como parâmetro os "resultados" e não os "lucros". Sobre os "lucros" há uma série de componentes, inclusive contábeis, dos quais os trabalhadores não têm o mínimo controle. Já os "resultados" são de mais fácil aferição, já que estão mais diretamente ligados à produção, ao nível de atividade da empresa, etc.

Por outro, na relação direta capital/trabalho, na negociação direta com os empresários, nossa estratégia passa pela construção concreta do contrato coletivo, com uma Minuta de uns 15 pontos fundamentais ao nível nacional, aproveitando as datas base de abril-maio e campanhas emergenciais que abrangem metalúrgicos de vários estados.

O primeiro ponto desse contrato deverá ser a regulamentação da distribuição dos resultados no ramo metalúrgico dentro dos parâmetros acima citados. O segundo ponto deverá ser a democratização da relação capital/trabalho, isto

é, as comissões de fábrica, os delegados sindicais, etc. O terceiro ponto deverá ser o estabelecimento de parâmetros na contratação que não permitam sua precarização, seja em relação à jornada de trabalho, à duração do contrato, etc. E ainda, está aberta a discussão sobre outros pontos, tais como, piso nacional dos metalúrgicos, salário profissional, entre outros.

Toda esta estratégia é fruto de discussões que vêm acontecendo em federações estaduais de metalúrgicos, na Confederação Nacional do Metalúrgicos da CUT, e que deverá ser fechada numa Executiva Nacional ampliada da Confederação. Igualmente, temos grande expectativa de que o processo seja encabeçado pela Executiva Nacional da CUT tendo em vista que esta questão atinge todas as categorias.

O que altera na relação sindical com a base o tema da distribuição dos resultados?

Primeiro, é possível buscar os ganhos de produtividade para os trabalhadores. Segundo, como essa negociação acontece em dois patamares, num nível mais geral que define diretrizes e que viabiliza a negociação no nível da empresa ou local de trabalho, está colocada no centro de discussão a reestruturação produtiva, que deverá passar a fazer parte da pauta da negociação capital/trabalho. Para intervir neste segundo aspecto é vital desenvolver a organização no local de trabalho.

Nesse sentido a MP lançou um desafio ao movimento sindical, ao tentar legalizar uma representação dos trabalhadores alheia aos sindicatos e susceptível à manipulação patronal.

O que está acontecendo concretamente nas relações capital/trabalho em torno desse tema?

Muitos analistas consideram que tudo não passará de letra morta. Efetivamente, pela complexidade da atividade econômica no Brasil, sempre existirão setores e empresas que assim como já não pagam hoje os mínimos direitos, também irão burlar a distribuição de lucros/resultados.

Porém, nos setores de ponta da economia, na medida em que a intenção é o da flexibilização e desregulamentação (ver box), os empresários já estão tomando iniciativas. Onde os sindicatos são fortes, eles estão sendo convocados pelos patrões para discutir o assunto. Onde não há presença de sindicatos atuantes, é possível supor que já existam negociações diretas ao nível do local de trabalho.

Entendemos que é tarefa da CUT continuar as iniciativas em dois sentidos: construir um processo de mobilização para a negociação direta, e pressões ao nível do Congresso para uma regulamentação condizente com as diretrizes defendidas pelos trabalhadores. □

Carlucio Castanha é metalúrgico de São Paulo e membro da Executiva da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT

E' TUDO NHENHENHÉM!



A voz do dono

"A MP deverá colaborar, de forma positiva, para o aumento da produtividade, em virtude do maior interesse dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, em lugar de se constituir apenas num instrumento em benefício dos trabalhadores, pode concorrer também para o avanço da flexibilização do mercado de trabalho. A remuneração do empregado passa a ser composta de uma parte fixa (salário) e outra variável

(participação nos lucros).

"No decorrer do tempo, com a inexistência de encargos trabalhistas, a parte variável pode se sobrepor à fixa, caminhando assim para uma saudável flexibilização da remuneração...". "Os programas de participação podem caminhar no sentido de negociações individuais, eliminando a intermediação de entidades sindicais". **Notícias da FI-ESP**, de 9 de janeiro deste ano. □

A questão nacional no Brasil

FÉLIX RUIZ SANCHEZ

O Estado-nação tem seu papel reduzido na nova ordem capitalista, perdendo suas funções reguladoras.

As reformas de FHC questionam a soberania nacional e a coesão social do Brasil.

Vivemos imersos nos últimos quinze anos numa profunda crise nacional cujo retrato tem sido feito por intelectuais como Celso Furtado e José Luis Fiori, entre outros. Um período caracterizado pelo colapso do modelo político e econômico que imperou no país desde 1930 cujo longo ciclo expansivo de desenvolvimento transformou em quatro décadas o perfil da sociedade brasileira e sua inserção na economia mundial.

A vitória de FHC nas eleições presidenciais de 1994, com base numa aliança conservadora que retomou pontos centrais do projeto neoliberal (abertura externa da economia, desregulamentação dos mercados e privatização do setor estatal) atualiza o debate sobre a crise do Estado e da sociedade nacional. A coalizão vitoriosa propõe reformular o papel do Estado em termos que garantam uma maior sintonia da economia brasileira com a nova ordem econômica emergente dos processos de globalização e mundialização.

Trata-se da readequação de um conjunto de instrumentos de regulação social que historicamente coube ao Estado-Nação desenvolver nos terrenos político, social e cultural (como a legislação trabalhista, o sistema previdenciário, os monopólios de propriedade estatal, o regime fundiário, o sufrágio universal, a educação fundamental obrigatória, o sistema de saúde pública e de assistência social, o sistema de telecomunicação, e outros), os quais constituíram os alicerces de uma identidade nacional tardia cuja principal função foi legitimar a emergência do projeto nacional-desenvolvimentista.

Tardia porque a formação do Estado-Nação moderno no Brasil só conseguiu avançar após a introdução do trabalho livre no final do século passado e da derrota parcial das oligarquias regionais na revolução de 30. A democracia de massas característica dos estados nacionais modernos com seus aparelhos de legitimação apoiados na ampliação dos direitos políticos (liberdade de organização partidária, associativa e sindical e sufrágio universal), com muitos percalços, começou a ser esboçada somente em 1945.

A reforma do Estado-nação

A reforma do Estado que FHC se propõe a realizar significa alterar profundamente muitas das instituições construídas nos últimos 60 anos, numa mudança significativa da relação

do Estado com a sociedade. A "politização" dos conflitos sociais característica de uma sociedade onde o Estado detém um elevado poder de intervenção é substituída pela subordinação dos conflitos sociais à regulação das forças cegas do mercado. Trata-se da substituição da figura do Estado numa série de espaços sociais onde ele exercia o papel de regulador das relações ou o de produtor de bens ou de serviços para dar lugar à entrada do capital privado, aprofundando a subordinação da vida social à lógica do mercado e do lucro.

Tais reformas implicam também uma maior integração de setores da economia brasileira aos ritmos e ciclos da economia capitalista internacional. Um processo decorrente da abertura da economia brasileira aos investimentos de capitais externos e à concorrência das mercadorias importadas. A reestruturação da economia que o governo de FHC pretende acelerar se apóia no desmonte do setor estatal.

Com a reforma previdenciária o governo visa essencialmente diminuir o peso da participação do Estado na cobertura dos benefícios como forma de obter uma importante redução do gasto público, além de abrir esse setor ao capital através da adoção de formas de previdência privada. A recente aprovação da lei de concessão de serviços públicos permitirá ao novo governo promover uma substancial redução da participação do setor estatal nas obras de infra-estrutura (transportes, rodovias, setor elétrico, portos) viabilizando a modernização de um setor essencial através do investimento privado nacional e internacional. Medidas que, somadas à redução dos custos das empresas com a mão de obra através da desregulamentação dos encargos trabalhistas, contribuirá para a redução do chamado "custo Brasil", ou seja o diferencial de custos decorrente do sucateamento da infraestrutura e do custo mais elevado com mão-de-obra devido às conquistas sociais do passado.

A flexibilização dos monopólios estatais faz parte desse processo de reformulação do Estado com a abertura desses setores para o capital privado. A privatização do setor estatal de telecomunicações proposta pelo governo FHC também representa uma importante redefinição do papel do Estado num setor estratégico de alta rentabilidade. Além de se tratar de um setor de ponta e um dos pilares da revolução tecnológica cujas inovações viabilizaram as mudanças na produção, na gestão e nos serviços características da nova ordem econômica.

Tais medidas, além de promoverem condições mais favoráveis para a livre circulação de mercadorias e investimentos externos, garantem também a parte dos recursos necessária à sustentação do plano de estabilização econômica.

A reforma do Estado que está colocada em pauta pelo novo governo propõe também alterar os termos da relação entre união, estados e municípios que a Constituição de 1988 fixou. Naquela ocasião, foi promovida uma descentralização das receitas públicas que reforçaram os estados e, principalmente, os municípios. A reforma do Estado, no entanto, não foi completada porque não foram redefinidas as competências e atribuições das respectivas esferas de governo, principalmente na área social. Situação que contribuiu a agravar o colapso dos serviços sociais nos sucessivos governos.

Esta reforma global do Estado é defendida por amplos setores do empresariado nacional e conta com amplo apoio do capital transnacional, dos governos dos principais países desenvolvidos e das agências financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI.

É uma reforma semelhante à introduzida em boa parte dos países latino-americanos ao longo da década de 80 e 90 através dos chamados planos de "ajuste estrutural", que também lidaram com o destruição da herança do intervencionismo estatal e dos resquícios do ciclo já esgotado de desenvolvimento nacional baseado na substituição de importações.

Estado-nação: instituição sitiada

Os estudos produzidos para analisar o processo de globalização que o mundo vêm experimentando há duas décadas destacam também a perda de centralidade do Estado-nação

Recuerdos del Chile en el Parron



na nova ordem capitalista emergente. Não no sentido de seu desaparecimento mas do enfraquecimento da sua capacidade para exercer funções de regulação dos fluxos de mercadorias e de capitais, decorrente da grande reestruturação do mercado internacional dos anos 80. Reestruturação que se apoiou nos avanços da informatização e da microeletrônica para garantir uma enorme expansão da capacidade de coordenação dos mercados de capital em todo o planeta. Como ilustra o gigantesco crescimento do mercado de eurodólar cujo funcionamento hoje escapa ao controle de qualquer economia nacional. Originado do excedente de dólares nos anos 60, esse mercado se expandiu de 50 bilhões de dólares em 1973 para quase 2 trilhões em 1987. O volume de eurodólares aumentou numa taxa de quase 25% ao ano na década de 70 em comparação com o aumento de 10% no estoque de moeda dos Estados Unidos de América e com uma taxa de crescimento de 4% no volume do comércio exterior.

A outra face do enfraquecimento da soberania do Estado-Nação é dada pelo fortalecimento das instâncias supranacionais de coordenação econômica que deram origem aos grandes blocos de integração regional (Nafta, União Européia e, recentemente, o Mercosul). O surgimento desses mega-mercados desloca a posição outrora ocupada pelo Estado na coordenação da economia nacional.

Mas o debilitamento do Estado-nação não se restringe à economia e à soberania. Tem uma também uma significação política que atinge sua função de espaço hegemônico de coesão social. Um papel na construção simbólica de um horizonte comum para a sociedade capaz de lhe dotar de um projeto e uma identidade nacionais. No Brasil, o nacional-desenvolvimentismo, a partir de uma visão mais estatista do que nacionalista de base popular, forneceu esse horizonte ideológico e político. A despeito dos seus traços conservadores, decorrentes do pacto fundacional que lhe deu origem, o nacional-desenvolvimentismo contribuiu fortemente para soldar a amálgama de interesses que deu sustentação ao regime populista, primeiro, e à ditadura militar depois. Nem a classe trabalhadora ficou imune a atração desse projeto. Ele interpelou a elaboração dos programas dos partidos políticos da classe trabalhadora desde a década de 30 até hoje. O programa do PT adotou no seu projeto socialista a articulação da classe e da nação sob a formulação do "projeto democrático popular". Na campanha presidencial de 1994. O ataque que a aliança conservadora PSDB/PFL fazia ao PT tinha como um dos seus elementos a crítica à defesa do nacionalismo e do estatismo. Ao tempo que o discurso de FHC buscava conferir legitimidade ao seu programa através de referências positivas da nova ordem econômica mundializada.

O surgimento de um novo padrão de desenvolvimento que transfere a nação e seu estado de um papel central para outro subordinado, impõe um novo quadro de referência para a ação de partidos, classes e movimentos sociais. Uma situação difícil pois a própria história deles está confinada ao horizonte nacional.

Uma contra-reforma conservadora

Hoje é possível trabalhar com a idéia que o grande impasse nacional da década de 80 e 90, onde o PT e os setores democrático populares conseguiram acumular forças, limitaram a capacidade da burguesia de impor o ajuste neoliberal e se constituíram em alternativa de governo, parece estar momentaneamente arrefecida. A crise nacional parece ter encontrado uma solução provisória na vitória de FHC. É provável que essa nova e situação se traduza numa maior sincronia da economia e a sociedade brasileiras à dinâmica do capitalismo internacional, reformulando o discurso e a orientação de partidos, frações e segmentos de classe, movimentos e instituições.

Mas a perda de centralidade do papel do Estado nacional que as reformas neoliberais deverão acentuar também torna as possibilidades de uma retomada de um novo ciclo de desenvolvimento muito mais dependentes do ciclo econômico mundial que é fortemente determinado pelas economias da tríade (Estados Unidos, Japão e a União Européia). Ainda, as possibilidades da abertura de um período de desenvolvimento encontra limitações que são intrínsecas ao novo modelo econômico neoliberal: o reduzido impacto da retomada econômica sobre o emprego, a agudização dos processos de dualização na sociedade, a intensificação dos conflitos regionais. Fenômenos presentes na maioria dos países já disciplinados pela nova ordem internacional.

A própria reformulação do Estado, ao promover a privatização de serviços sociais essenciais como a previdência, fragiliza a capacidade do poder público desenvolver uma ação coordenada no combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais e reforça o déficit muito grande do Brasil no campo da infraestrutura e dos serviços sociais.

Além disso, são limitadas as possibilidades do modelo econômico garantir o enfrentamento das graves contradições regionais que se agudizaram nos anos da crise. O liberalismo econômico do novo governo limitará a capacidade do Estado enfrentar de forma articulada a exclusão social nas regiões Norte e Nordeste e nas periferias dos grandes centros urbanos do Sudeste. A experiência dos países que vem aplicando há mais tempo as políticas de ajuste estrutural do atual governo, como México e Argentina, indicam que apesar da economia apresentar taxas positivas de crescimento, persistem e até se ampliam disparidades sociais e regionais. Esse fenômeno de acentuação da dualização social, numa sociedade como a brasileira alimenta o racismo e o autoritarismo social. Uma dualização que estimula a emergência de projetos de direita caudatários do preconceito e da desesperança.

O novo governo, até onde é possível prever, promete ao país uma dolorosa contra-revolução conservadora para cujo enfrentamento o PT, o movimento sindical e os movimentos sociais parecem ainda longe de ter resposta.

A renovação do projeto petista

As mudanças que a implementação das reformas neoliberais anunciam exige do PT um grande esforço de renovação. O programa democrático popular com o qual o partido entrou para a disputa de projetos com a burguesia precisa ser revisto, atendendo aos desafios colocados pelas novas realidades. Um dos temas a serem aprofundados é o da questão nacional.

A nova ordem econômica e a mundialização que a caracteriza apontam para a corrosão da hegemonia do Estado-nação. Não se trata de um processo concluído, hoje elas representam tendências ou linhas de força de uma realidade em construção. Tampouco significa a extinção do sistema de Estados. O problema nacional não pode ser considerado "cachorro morto", uma excrecência histórica. Ele continua a fornecer um dos elementos fundamentais para a existência social: um projeto comum e uma memória coletiva. Para as elites, setores da classe média e até uma minoria da classe trabalhadora, a nova civilização mundial se apresenta como a mola ideológica que constitui seu projeto de sociedade, com seus símbolos de consumo, de opulência e de modernidade. Trata-se em boa medida de um sucedâneo para o ideal de nação. Já para uma ampla maioria do país o futuro que a nova ordem econômica promete acresce novas carências às antigamente existentes. Seu desamparo deve aumentar à mesma velocidade da nova onda modernizadora. Por essa razão, as grandes maiorias nacionais continuarão a ser um setor em disputa. Para esses setores aspectos essenciais do programa democrático popular continuam atuais. □

Félix Ruiz é secretário geral do DM/SP

DE VOLTA AO FUTURO



A desconstrução da nação em benefício das multinacionais faz parte de uma contra-reforma conservadora.

Todos os Chapéus do Presidente



Rainhas no deserto

WILLIAM AGUIAR

Um único filme, depois de tantas produções sobre o mesmo tema, conseguiu levantar várias polêmicas e, ao mesmo tempo, trazer um pouco do "mundinho gay" para fora do gueto. O clima de festa do filme *As aventuras de Priscilla, a rainha do deserto*, pode ser perfeitamente compreendido se entendermos o que são as *drag queens*. Há quem diga que se trata de homossexuais que se vestem com roupas femininas escandalosas. Outros afirmam que é um nome novo dado aos travestis, que já não chamam mais tanta atenção quanto eles mesmos pensavam.

Existe uma série de tentativas de explicar o comportamento daquilo que se convencionou chamar *drag queen*. Temos teorias um pouco complicadas, que recuperam textos de antropologia e falam nos *berdaches* (índios que se travestiam numa sociedade antiga), passando pela indiferença dos que dizem "tanto faz como tanto

fez - cada um na sua", chegando na expressão máxima da desinformação, que mata toda possibilidade de conversa quando afirma que "isso é coisa de bicha que não tem o que fazer". Na verdade, o que mais existe é incompreensão diante do diferente e a necessidade de criar estereótipos para explicar ou definir posturas de vida. As *drags* trabalham com isso, ou seja, se as pessoas estão precisando estereotipar, elas trazem o exagero, o limite do compreensível, e conduzem a ação.

Checar os papéis estabelecidos

É comum ouvir frases do tipo "as drags reforçam o preconceito em relação ao homossexual, pois a realidade do gay sério não é essa". Nesta frase, carregada de desinformação, já está colocada a imagem do certo e errado, que é exatamente o alvo da drag queen. A imagem do gay sério não é, nada mais nada menos, que um estereótipo, ou seja, a cópia do ser humano moldado, escondido, dentro dos padrões de civilidade exigido numa família considerada "normal" (com pais, mãe, filhos, papagaio, cachorro etc). Mostrar o absurdo e se utilizar do escracho, misturado com a vontade de aparecer a todo custo, pode indicar um caminho para se compreender as drags. Nenhuma delas está preocupada com análises. Numa sociedade como a nossa, elas funcionam como um teste aos papéis estabelecidos de homem, mulher, criança etc. Outra idéia irreal

construída em torno das drags é a de que se vestem como mulheres. Nenhuma mulher se veste como a personagem Mitzi (interpretada por Hugo Weaving), com uma "roupinha" de sandálias havaianas cor de laranja, e sai pelas ruas de uma cidade do interior da Austrália com o objetivo de encontrar um hotel decente. *Drag queen* talvez seja um nome novo aliado a um visual um pouco mais ousado de uma idéia antiga.

No Brasil, por exemplo, homem se vestir de mulher não é novidade. Os velhos carnavais estão aí, mostrando que os respeitáveis senhores, de respeitáveis tempos, davam muito trabalho para suas esposas. Era comum desaparecer peças íntimas dos guarda-roupas das senhoras. O teatro dos anos 70 explodia com as Dzi Croquettes, no Rio de Janeiro - grupo capitaneado pelo saudoso Leny Dalle -

, com modelitos de deixar as drags australianas de boca aberta. A novidade, até agora, ainda não esbarrou em livros históricos, nos quais os exemplos do "travestir-se" remontam ao Império. Sendo assim, ser drag, ou seja lá que palavra for usada, está longe de causar tanto espanto no Brasil. Na verdade, o que incomoda algumas pessoas não é o fato das drags existirem. É local que elas habitam atualmente que está causando tanto furor. Em décadas passadas, elas estavam nos guetos. Hoje em dia, o palco é a rua, ou seja, elas resolveram sair do confinamento e aparecer.

O encanto do filme

Mesmo tendo a ação localizada no continente australiano, o filme é absorvido pelo público com muita rapidez. As coisas ficam melhores quando se constata que as cenas não são muito diferentes do que se vê por aí, ou seja, homens que se vestem com roupas estranhas e dublam músicas cantadas por mulheres. Segundo o próprio diretor, Stephan Elliott, que é homossexual, este não é um filme gay. Ele fala sobre a "cena gay" e está repleto de clichês típicos do gueto. Nenhum desses elementos causam a sensação de inquietude no homossexual que está acostumado com shows, nos quais travestis e drags são o comum indispensável. A sensação estranha fica por conta de pessoas que acreditam que essa maneira de ser dos homossexuais é deplorável e se espantam quando percebem que gostaram do filme. Pelo visto, a consciência do prazer continua traíndo valores estabelecidos. Gostar não é a mesma coisa que se sentir obrigado a sair pelo deserto da Austrália, dublando uma ária de *La Traviata* encima de um ônibus cor de rosa (lavanda, segundo a personagem Felícia) com um modelito prateado.

Priscilla cativa porque mistura a cena gay, feita pelas drags, com situações do cotidiano cheias de sentimentos que independem da orientação sexual das pessoas. Todos amam e sentem saudade. Todo mundo dá gargalhadas e, com certeza, já passou por alguma situação em que a dúvida fosse protagonista da história. Isso provoca uma identidade, que é utilizada pelo diretor através de uma faceta do gueto: a que provoca riso e alegria.

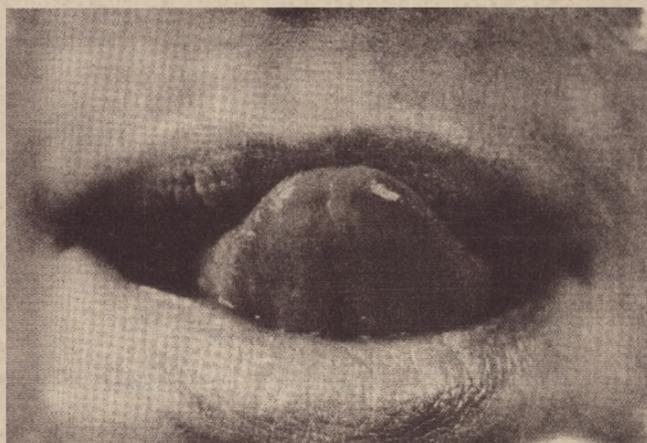
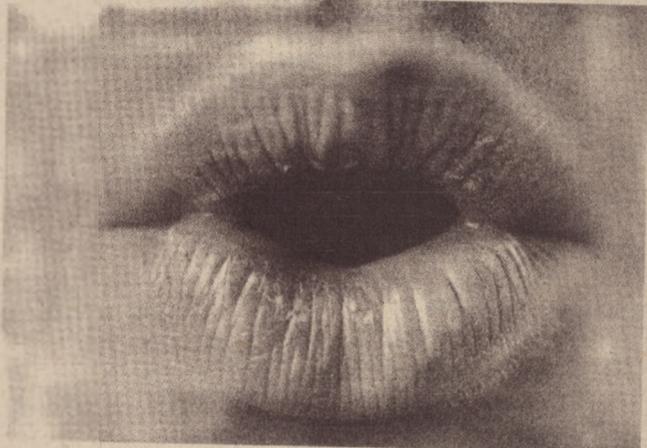
Um mercado promissor

É óbvio que nenhum diretor de cinema vai investir seu tempo em projetos destinados ao fracasso. O sucesso de *Priscilla* se deve não só ao bom desempenho dos atores ou à eficiência de um roteiro, combinada com a fotografia maravilhosa do deserto australiano. O filme tem a grande vantagem do momento exato. Ele foi feito em plena *queer new age*, ou seja, vem junto com uma onda de filmes gays que invadiram o mercado e deram certo. Se tivesse sido produzido e lançado há cinco anos, não faria tanto sucesso.

Independente do mercado, que está percebendo o poder aquisitivo de uma parcela da sociedade, é preciso considerar que o cinema gay não estaria fazendo tanto sucesso se não houvesse um movimento organizado de combate ao preconceito e à discriminação. A homofobia continua existindo e o fato dos gays estarem invadindo a sétima arte não quer dizer que o preconceito é menor ou que os heterossexuais se tornaram um pouco tolerantes em relação aos "diferentes".

O melhor de tudo é perceber que o quadro pintado pela instituição chamada família se desfaz a base de boas gargalhadas. *Priscilla* tem um compromisso com a diversão. O que vem depois disso é pura consequência da história de cada um. Identificando-se ou não, as pessoas se divertem quando vêem uma dublagem de *I Will Survive*, na voz de Glória Gaynor, no meio do deserto, feito por uma trupe com vestimentas pra lá de psicodélicas. Sem querer, *Priscilla* induz o espectador a fazer, dentro de si, o caminho contrário daquele que a família e o estado lhe impinge quando o condena a ser seu próprio carrasco, a medida que vai interiorizando uma culpa que não tem razão de existir. Ver *Priscilla* é, sobretudo, um desafio ao desejo de liberdade e à delícia de ver na tela nenhum centímetro além do que se é ou pretende ser. □

William Aguiar é membro do Grupo de Gays e Lésbicas do PT



Giovanni Testori

Oposição e alternativa de poder

ITALO CARDOSO

O PT em São Paulo inicia uma importante discussão sobre mudanças na política que viemos implementando em oposição a Maluf. Tem em vista criar as melhores condições para enfrentar o processo eleitoral do ano que vem. Ao mesmo tempo, parte da constatação da insuficiência da nossa atuação até agora: muito fragmentada, com descontinuidade, não conseguindo ainda construir um movimento mais consistente, que vá além da denúncia do descabro malufista.

Do nosso ponto de vista esta questão está estreitamente ligada a um esforço nacional de todo o partido para se reconstruir como alternativa de poder. E, como aprendemos da última disputa presidencial, não há alternativa baseada apenas no descontentamento social e derrotar a burguesia implica em conflitos de grande alcance. É por isso que as estratégias estritamente eleitorais nos levaram e podem nos levar novamente a ilusões e derrotas. E a capital de São Paulo, obviamente, é estratégica, para o PT e para a direita nos seus vários matizes. Frente à expressiva insatisfação da população com o governo Maluf podem apresentar-se várias opções eleitorais e não se pode subestimar a capacidade política da direita organizada em torno a Maluf. Para o PT a questão-chave é a de não ser apenas uma oposição eleitoral. Para ir além é preciso recuperar o anseio de mudanças de vastos setores da população, recuperar a confiança política dos militantes e da base social do partido na construção de uma alternativa de esquerda também para a cidade.

Retomando o ponto de partida

Nossa experiência de governo, em contraponto à gestão Maluf, mostrou que era possível governar São Paulo a partir dos interesses da maioria: isto foi feito reorientando a aplicação dos recursos e desprivatizando o aparelho de Estado. Esta experiência contruiu uma base de apoio importante, duramente atacada por Maluf (reinvertendo as prioridades para os ricos, empreiteiras e grandes incorporadores imobiliários, liquidando conquistas sociais, etc). Nosso grande equívoco foi o de não ter avançado o grau de organização popular, identificando os grandes conflitos com a classe dominante na cidade, mobilizando a população para lutas gerais e criando canais efetivos de participação. Esta foi a crítica que ajudamos a elaborar no partido naquele momento e que mostrou-se correta: nossa atuação posterior à derrota de 1992 não pode contar com laços organizativos mais sólidos com a população e nem com uma experiência de participação popular que pudesse confrontar a ditadura malufista. Retomar, portanto, este balanço é um dos pontos de partida para construir uma oposição capaz de chamar a população para ter um papel político.

A consequência desta linha de trabalho é a de colocar a retomada de relações com a nossa base social ampla como uma questão decisiva. Isto passa por uma radical reorganização do partido na cidade, tanto no sentido geográfico de constituir sedes na periferia e voltar a ação da militância para a construção de movimentos populares e para a reativação do movimento sindical, como de desencadear atividades regionais e gerais na cidade visando passar da denúncia e da luta de resistência para a construção de uma força capaz de confrontar e acumular para uma alternativa de governo.

Motivos para lutar

Motivos para a luta e para a mobilização não faltam. Só neste começo de ano temos uma série de acontecimentos que permitem uma ação oposicionista de massas: Maluf propôs liquidar o resto de sistema de saúde pública com a privatização em larga escala; cortou os reajustes do funcionalismo utilizando a propaganda enganosa, amparado na repressão policial, e levando ao limite o desprezo com a própria legalidade; a privatização da creches; a comprovada responsabilidade municipal com as enchentes, que levou a dezenas de mortes e a milhares de desabrigados (completamente abandonados); a defesa ostensiva de uma política contra os

pobres que envolve a Guarda Civil e as declarações de Secretários de que as obras são para quem paga imposto...enfim, motivos não faltam.

A resposta a estas e outras questões, desde que pensadas pelo lado da mobilização e da busca da nossa base social (e não apenas do ponto de vista parlamentar), já é, por si mesmo, um novo patamar de organização e de luta na cidade. E estas respostas devem ir compondo uma proposta política de conjunto, apresentando para a população, em cada ponto, o que é a alternativa que propomos. É para isto que deve se voltar a estrutura do partido e a sua capacidade de arregimentação de forças e de elaboração política. Este é o terreno onde deveremos construir um programa alternativo para a cidade.

A luta democrática na cidade

Um outro aspecto que deve compor um trabalho oposicionista de nova qualidade é o de ter a iniciativa de ativar entidades democráticas para que se posicionem sobre o governo e os meios de governar adotados por Maluf, para que assumam um combate democrático contra a ditadura malufista. Há uma situação hoje em que a maioria do legislativo está totalmente controlada por Maluf, chegando a delegar ao prefeito a própria função legislativa. O poder judiciário no município mostra-se extremamente conivente e omissivo. A imprensa faz um jogo de cena onde destaca muito mais o bizarro do que o substantivo da ação municipal. Ela cobre cotidianamente o "polêmico" decreto anti-fumo mas encobre a responsabilidade da prefeitura, por exemplo, nas enchentes. Esta mesma imprensa em 1989 chegou a "sugerir" o impeachment de Luiza Erundina, responsabilizada pelas enchentes, mesmo sabendo que estava no início da gestão e que o governo estava inteiramente voltado ao socorro das vítimas. Arrematando este quadro, está a força policial, tanto a comandada pelo governo estadual como a Guarda Municipal (que foi militarizada), sempre utilizada como recurso de governo.

Em São Paulo e nacionalmente

O esforço de construir uma oposição de massas em São Paulo é parte da luta para que o partido possa voltar a se colocar como uma alternativa nacional. Mas a credibilidade de um projeto para a capital de São Paulo também depende da credibilidade do partido no plano nacional e estadual, da sua conduta como oposição aos governos neoliberais comandados pelo PSDB, que, a despeito de diferenças de estilo, têm em comum com Maluf vários aspectos programáticos (como a privatização e o abandono das funções públicas do Estado). Não se pode esquecer também que Maluf tenta projetar para o país, a partir de São Paulo, uma articulação com vistas a futuras disputas políticas. Assim, não é possível pensar seriamente em construir uma hegemonia na cidade de São Paulo de uma forma localizada e municipalista.

O debate iniciado pelo PT paulistano deve ter seu momento conclusivo no próximo Encontro Municipal. Até lá devemos integrar todas as frentes de intervenção do partido, da bancada aos núcleos, nesta discussão e, coletivamente, buscar a construção de instrumentos para potencializar nossa ação. É, principalmente, um momento para avançar na legitimidade da direção partidária para conduzir o partido nesta nova situação. □

Italo Cardoso é vereador do PT na cidade de São Paulo.

O PT não soube, até agora, construir uma mobilização social de massa na oposição a Maluf.



Contribuição ao balanço da Opção de Esquerda

O sentimento predominante entre os membros da Opção de Esquerda é de frustração com nossa incapacidade de mudar o partido.

1980: o PT nas greves do ABC.

DIREÇÃO NACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Em junho de 1993 foi realizado o 8º Encontro Nacional do PT. Provavelmente foi o Encontro que produziu a mudança mais significativa na direção do partido desde o início da sua construção: a direção eleita teve como eixo o bloco *Opção de Esquerda*, a esquerda em geral teve seu peso ampliado, e os setores mais moderados do partido, agrupados na corrente *Democracia Radical*, passaram a uma situação de relativo isolamento na direção nacional. Um processo semelhante havia se dado na maioria dos estados. A expectativa, assim, era de termos mudanças significativas no partido.

Mas o *grande teste* da nova direção seria a campanha eleitoral de 1994. E aí, somos obrigados a constatar que não apenas não ganhamos a presidência, frustrando expectativas alimentadas por vários anos, como fomos derrotados já no 1º turno; não conseguimos sequer repetir a mobilização e a empolgação da reta final da campanha de 1989. Em geral, o processo eleitoral foi bastante frio, sem correspondência com a importância do que estava em jogo. As excessões - a serem registradas e analisadas como casos específicos, pois ilustram aspectos importantes do balanço - ocorreram nos estados em que fomos para o 2º turno com candidatos do PT. Para piorar as coisas, após o 2º turno o partido se dilacerou numa discussão traumática sobre as contribuições financeiras recebidas. Uma constatação óbvia é que o PT esteve aquém do que lhe era exigido.

O sentimento predominante entre os membros da *Opção*

de Esquerda após as eleições é de frustração com a nossa própria participação em todo o processo. A idéia mais forte, provavelmente, é que, apesar das críticas que fizemos à antiga maioria no 8º Encontro, *não conseguimos promover uma mudança significativa no partido*. Além disso, percebemos que sequer conseguimos garantir que a campanha presidencial se pautasse pelas deliberações do 8º e do 9º Encontros.

A coordenação nacional da tendência *Democracia Socialista* realizou, ainda antes do 2º turno, um balanço das eleições de 3 de outubro, que lido hoje continua a mostrar-se em geral correto (é importante frisar que as perspectivas apontadas, contudo, foram bastante alteradas pela crise iniciada no México em dezembro de 1994). Mas o objetivo daquele balanço foi avaliar criticamente a atuação do partido como um todo. Faltou, assim, um aspecto importante: a avaliação da participação desde o 8º Encontro dos setores de esquerda do partido, especialmente da corrente que ganhou a maioria relativa, a *Opção de Esquerda*. E dentro disso, faltou um balanço da DS, integrante importante da *Opção de Esquerda*. O objetivo deste artigo é contribuir para preencher esta lacuna.

A direção eleita no 8º EN

Para entender o que aconteceu, é preciso em primeiro lugar *caracterizar melhor a nova direção* formada no 8º Encontro.

A esquerda teve seu peso aumentado, mas não estava unificada. A maioria relativa era da *Opção de Esquerda*, ela própria resultado do agrupamento de diversas correntes no processo do próprio 8º Encontro. Se por um lado estas correntes vinham tendo uma significativa unidade nos debates partidários, por outro não chegaram a definir um projeto comum de construção partidária.

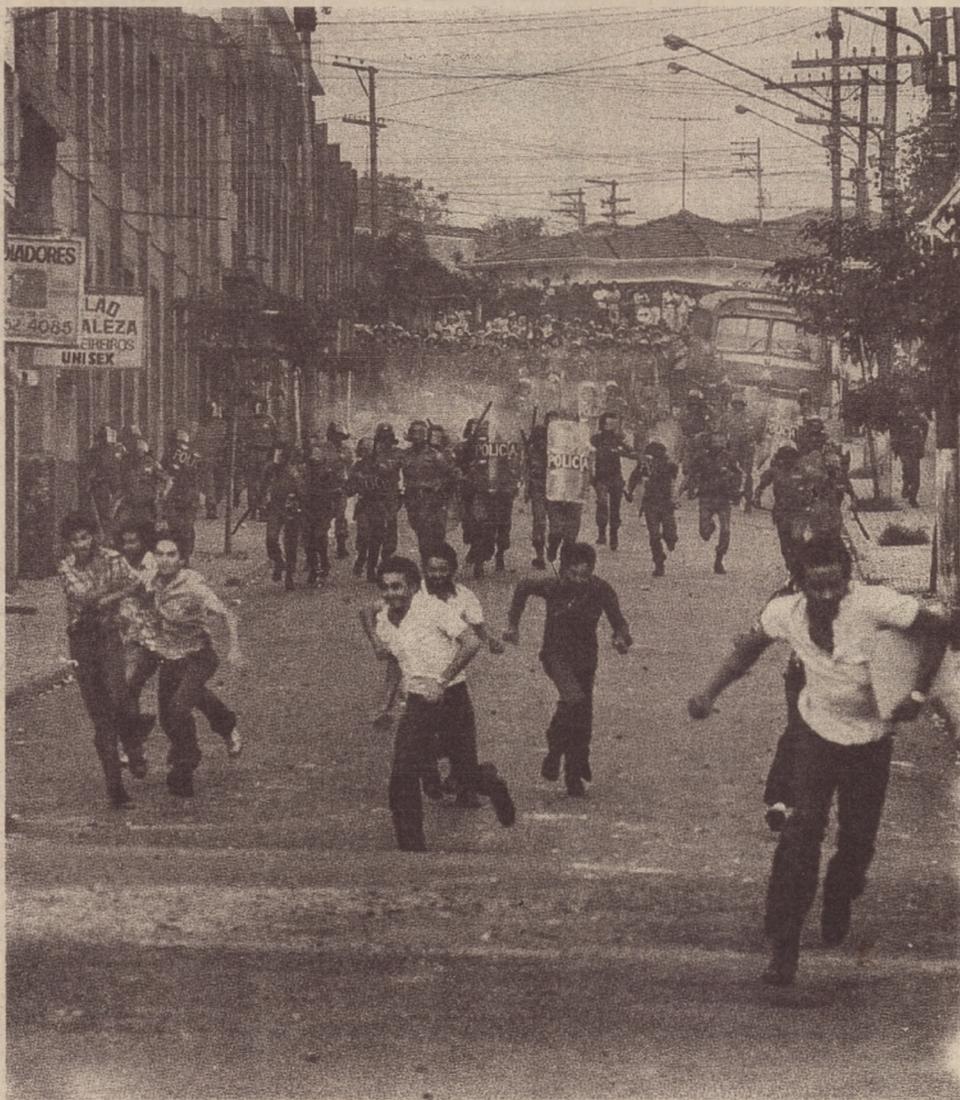
A "maioria de esquerda" era formada pela soma da *Opção de Esquerda* e do *Na luta PT!* Em muitos temas políticos o acordo era fácil; mas em questões do funcionamento da direção, de construção partidária, as dificuldades eram maiores. As diferenças nesta questão vinham da própria constituição dos dois blocos: enquanto a ênfase que presidiu à formação da *Opção de Esquerda* foi a de buscar a formação de uma nova direção para o partido (através da formação de uma nova maioria, com uma recomposição da direção), a ênfase do *Na luta PT!* foi a de demarcar com as posições majoritárias na direção até o 8º Encontro. As duas ênfases podem se somar, mas indicam também diferenças de sensibilidades e de visão de construção partidária.

Por outro lado, é imprescindível entender que a "nova direção" incluiu uma parcela da "antiga". A *Unidade na Luta* herdou a maioria dos quadros da antiga *Articulação*, e mais do que isto, manteve no seu interior ou estabeleceu relações privilegiadas com a maioria das expressões públicas do PT. Era natural que tivesse muito peso na nova direção, e assim ocorreu; com a divisão de trabalho da nova Executiva, a *Unidade na Luta* manteve um grande responsabilidade especialmente nas questões do funcionamento diário do partido. De fato, a "nova direção" podia ser melhor caracterizada como uma composição complexa (e em vários aspectos contraditória) entre a *Opção de Esquerda*, o *Na luta PT!* e a *Unidade na Luta*. Era necessário que fosse assim, até porque a disputa de 1994 exigia o partido mais unificado possível.

O PT do 8º ao 9º Encontro

Da preparação do 8º Encontro até o 9º, podemos destacar três coisas importantes para as quais a nova direção contribuiu.

A primeira, para derrotar a "oposição envergonhada" ao governo Itamar e a visão de que a campanha Lula deveria ser



Eduardo Simões/F4

de "centro-esquerda"; e para que o PT adotasse uma visão mais crítica do PSDB (ou do seu setor dirigente). Foi uma das questões em disputa no período do 8º Encontro, e estava longe de ser tranquila. Hoje é mais fácil perceber sua importância, pois já tivemos a experiência do papel que o PSDB teve na campanha presidencial e do significado das suas propostas de governo atuais - o núcleo dirigente do PSDB, em torno de FHC, constitui-se sem dúvida no setor do governo que trabalha para implementar a agenda do Consenso de Washington de forma mais consequente; seus conflitos com o PFL não podem ser entendidos como conflitos entre um setor de "centro-esquerda" e outro conservador, mas sim entre um setor conservador mais ideológico e "moderno" (no sentido detestável que esta palavra tomou com o neoliberalismo) e outro mais fisiológico, mais atrasado. O núcleo dirigente do PSDB representa sobretudo os interesses gerais do projeto conservador, e o PFL os particularismos. A preservação de uma imagem de "centro-esquerda" para o PSDB é assim nada mais do que um dos principais trunfos do neoconservadorismo.

Foi correto acentuar o tom crítico em relação ao PSDB e apontar, como fizemos no 8º Encontro, que seu setor dirigente apoiava o projeto neoliberal. Mas não podemos deixar de constatar também que esta crítica, no 8º Encontro e mesmo depois, foi muito insuficiente. De fato, foi muito grave o desarmamento do PT diante do PSDB por vários anos; foi o que tornou possível ao PT adotar na campanha a ênfase incorreta de criticar as "alianças conservadoras" de FHC e do PSDB, preservando de alguma maneira a sua imagem positiva, e vir depois a apoiar majoritariamente o voto em Covas e Azeredo no 2º turno das eleições.

A diluição das diferenças entre o PT e o PSDB foi um dos elementos-chave da linha de privilegiar a "ética na política", que predominou em momentos - como na luta pelo impeachment - em que era possível avançar muito mais na crítica das bases econômicas e sociais do neoliberalismo. A ampliação conseguida com esta diluição teve o preço caro de enfraquecer o sentido político-social da nossa crítica; Collor caiu, mas seu programa neoliberal não foi atingido.

Outra realização importante foi a luta pela manutenção da obstrução à revisão constitucional, no fim de 1993 e no início de 1994. Foi uma batalha corretamente conduzida pelos setores mais à esquerda do PT, mas extremamente desgastante, pela posição muito minoritária em que ficamos na bancada federal e pela agressividade que os defensores da tese de "obstruir por dentro" (ou de participar da revisão, simplesmente) mostraram contra as deliberações do partido, embalados naturalmente pela grande imprensa.

Ainda no período anterior ao 9º Encontro, os setores mais à esquerda do PT tiveram uma participação significativa na construção de uma política de alianças que combinasse ampliação com preservação da cara do partido. Aí, houve muitas diferenças entre as várias posições, inclusive entre as mais à esquerda. Mas pelo menos uma coisa fundamental foi conseguida: evitar o absurdo da posição inicial do PT do Ceará, de apoiar Tasso Jereissati, e conseguir o lançamento de uma candidatura própria da Frente).

Fracasso na reorganização partidária

Por outro lado, no período entre o 8º e o 9º Encontros, houve uma questão-chave em que a nova direção partidária não conseguiu avançar nada: a da reestruturação do partido, da melhoria do seu funcionamento, da participação da militância, da democracia interna, da construção de uma direção que funcione coletivamente e que tenha autoridade. Em questões fundamentais como a da imprensa interna, houve inclusive regressão. Tudo isto teve consequências muito negativas durante a campanha, quando todas estas debilidades foram agravadas.

Para isto, pesaram as dificuldades financeiras e o fracionamento da direção, bem como o cansaço de boa parte da militância, a perda do referencial de partido com as discussões/revisões desde 1989, o reforço da lógica institucional. De fato, o que era necessário nestes aspectos era reverter todo o curso do funcionamento do partido nos últimos anos, recuperar o partido militante que fomos anos atrás, num patamar de influência social, de diversidade das áreas de atuação, de complexidade das exigências enfrentadas muito maior, e num momento de enfraquecimento da identidade socialista em todo o mundo. Não era uma questão fácil, e não sabíamos muito bem como fazê-lo. Além disso, a Opção de

Esquerda voltou suas energias para as disputas políticas, como a da revisão constitucional.

Sem dúvida revelou-se aí uma grande debilidade, que em grande medida se explica pela sua formação muito recente e pela falta de maior elaboração política e de coesão. Além disso, também neste ponto certamente pesou a idéia nunca escrita, mas em geral aceita, de que era possível ganhar as eleições com um partido muito frágil, sem condições de impulsionar o movimento social. E as outras correntes do partido não deram uma maior contribuição para enfrentar estas questões.

O sentido do 9º Encontro

Começamos o processo do 9º Encontro com um partido que expressava posições mais à esquerda, e mais corretas, embora ainda de forma muito insuficiente; mas também com um partido que não tinha conseguido alterar seu funcionamento e não se dotara de uma capacidade mínima para organizar sua militância e fazer uma campanha centrada na mobilização. Além disso, estávamos muito pressionados pelos ataques da grande imprensa, que atacavam a candidatura Lula a partir das "divisões do PT".

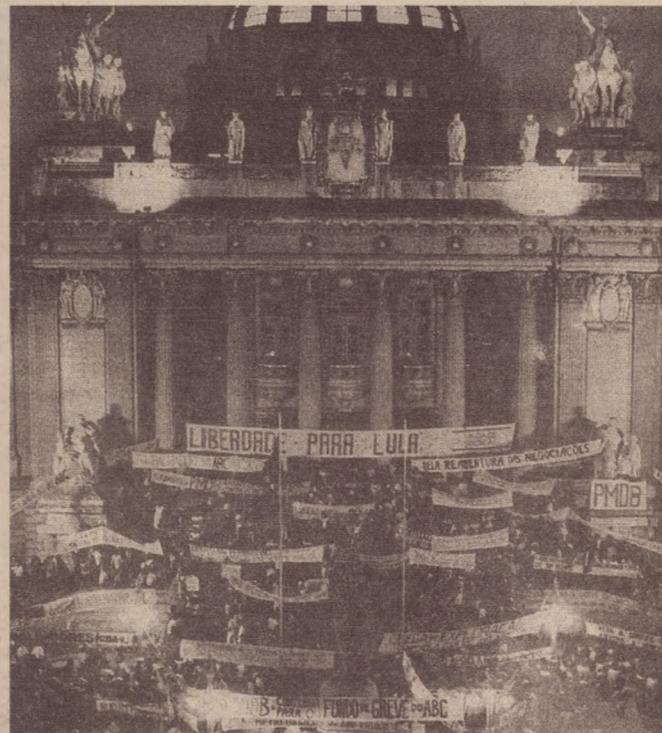
Era correta a preocupação com o reforço da unidade do partido que predominou no 9º Encontro. E a DS talvez tenha sido a corrente que mais acentuou esta preocupação. Para nós, isto estava na continuidade da linha de construção de uma nova direção com autoridade, que vínhamos seguindo há vários anos. Além disso, avaliávamos positivamente o período após o 8º Encontro, com a vitória na questão do combate à revisão constitucional. E consideramos que as principais questões discutidas no 9º Encontro foram resolvidas por acordos bastante amplos, que incluíam o próprio candidato, e que preservavam as posições fundamentais da esquerda.

Na questão da dívida externa, talvez a que tenha aparecido como polarização mais "política" do Encontro, a posição aprovada foi conseguida num debate em que o texto inicial foi sendo pouco a pouco transformado em um texto mais duro, enfrentando inclusive a resistência de economistas tradicionais do partido. Além disso, em pelo menos uma questão que valorizamos muito - a do caráter partidário dos mandatos eletivos - podíamos dizer que tinha havido avanço. A Carta Eleitoral aprovada afirmava que "as bancadas parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias. Em caso do titular abandonar as fileiras do partido, perderá seu mandato, que será automaticamente assumido pelo suplente". Ainda que com poder legal contestável, esta resolução marcou uma reafirmação importante do partido diante do comportamento de parte da bancada federal, por exemplo. Foi com base nestes elementos que o *Em Tempo* nº 275, de maio/junho de 1994, fez talvez o balanço mais positivo dos resultados do 9º Encontro.

E, no entanto, não há dúvidas de que este Encontro não armou o partido para a disputa em curso. A partir desta constatação, há companheiros que questionam os acordos realizados, vendo nisso uma das razões das

A direção eleita no 8º EN era uma composição complexa entre a Opção de Esquerda, o Na Luta PT! e a Unidade na Luta.

1980: Manifestação no Rio de Janeiro exige libertação de Lula (em cima). 10 de fevereiro de 1980: Fundação do PT (embaixo).



Ricardo Azouvi/F4



Juca Martins/F4



1984: PT boicota conciliação das elites(acima). São Paulo, 25 de janeiro de 1984: Comício de abertura da campanha pelas diretas (em baixo)

As orientações do 9º EN não foram, em grande medida, colocadas em prática.

debilidades posteriores da campanha. Por este argumento, Lula teria forçado a maioria do Encontro a concessões importantes nos assuntos mais polêmicos; assim, a direção teria perdido toda autoridade, e isto teria facilitado a autonomização do candidato a presidente.

Não parece que esta seja uma boa avaliação. Dada a exploração que a imprensa fazia das divisões no PT, e a chantagem praticada por setores da bancada federal, seria insano não buscar a unidade, em particular com Lula. E os acordos nas questões mais debatidas preservaram posições à esquerda.

Avaliando a partir do que ocorreu depois, é muito difícil dizer que uma posição mais dura sobre dívida externa ou sobre a questão do aborto fariam muita diferença na campanha. As questões decisivas foram outras. Assim, o erro do 9º Encontro não foi ter sido demasiado unitário, mas sim o de não ter centrado suas discussões em torno do que era mais importante naquele momento: a definição de propostas e de um conteúdo de campanha voltados para empolgar a população, para explicitar as diferenças com FHC e para fazer a crítica das suas propostas - uma vez que atacar a outra grande debilidade que apareceria com todo peso na campanha, a do funcionamento do partido, já era impossível. Além disso, e não menos grave, o que seria o grande tema da disputa e o carro-chefe da vitória de FHC - o Plano Real, na altura ainda chamado de FHC-2 - foi pouquíssimo debatido. Predominava uma avaliação de que não teria grande efeito; e mesmo entre os que pensavam que poderia ter grande impacto econômico, havia a idéia de que dificilmente poderia reverter o favoritismo do Lula. Perdemos uma oportunidade para aumentar a consciência no partido do risco que corríamos, e para definir como poderíamos enfrentá-lo.

A elaboração do programa de governo ilustra bem o erro de perspectiva em que incorremos. Todo o processo foi dedicado a construir um programa para governar, deixando de lado a questão de construir um programa *para a campanha*, para ganhar a maioria da população, explicitando nossas diferenças em relação às candidaturas da burguesia, como se a campanha fosse um momento secundário e o problema de conseguir o apoio da população já estivesse resolvido.

Nosso erro no 9º Encontro faz parte do erro mais geral: a subestimação do adversário, a aceitação da lógica de que era possível ganhar as eleições sem polarização social e mobilização, sem colocar em movimento uma força social que contrarrestasse a força econômica, de mídia, e da máquina do governo que construía uma candidatura capaz de vencer a de Lula.

A condução da campanha

Mas após o 9º Encontro nos defrontamos com um problema grave adicional: se é verdade que as *orientações do 9º Encontro* foram insuficientes, o fato é que *em boa medida não foram colocadas em prática*. Por exemplo: imediatamente após o 9º Encontro Lula fez uma viagem aos EUA, acompanhado por Aloízio Mercadante e Marco Aurélio Garcia, onde as posições sobre a dívida externa expressadas não foram as de que tinham sido definidas após um laborioso processo de acordos. Embora o texto de orientação sobre a

campanha aprovado no 9º Encontro enfatizasse a polarização, predominou até o fim de junho a linha de "candidato campeão", que não polariza com os outros, etc. Embora o mesmo texto enfatizasse a necessidade da unificação das campanhas (nacional, estaduais), predominou nos meses de maio e junho a linha de tentar ganhar a eleição presidencial no 1º turno, secundarizando as candidaturas aos governos estaduais. O exemplo mais absurdo deste equívoco é que Lula e dirigentes da campanha do porte de Marco Aurélio Garcia, em viagens ao Rio Grande do Sul, chegaram a fazer elogios ao "PMDB ético" de Simon e Britto (o que naquele momento resultou em prejuízo importante para a campanha de Olívio Dutra).

Houve discussões sobre estas questões na coordenação de campanha, ou nas instâncias dirigentes, em que esses problemas foram apontados. Mas não há dúvida de que o conjunto dos dirigentes da "nova maioria", inclusive os de blocos como a *Opção de Esquerda* ou o *Na luta PT!*, não se empenharam em enfrentar o problema que já neste momento foi sendo evidenciado: o esvaziamento das instâncias formais de direção do partido e da campanha, o predomínio de um centro de decisões em torno do próprio candidato Lula, do qual participavam inclusive assessores que têm uma visão muito negativa do partido. A verdade é que as instâncias formais não dirigiram a campanha.

Podemos encontrar várias explicações para isto: a fragilidade e falta de coesão destas instâncias; a inibição em enfrentar posições de um candidato que nos meses de maio e junho tinha mais de 40% das intenções de voto, a preocupação de evitar tensionamento na direção da campanha. Tudo isto teve o seu peso, mas é provável que também nesta questão tenha pesado mais o erro político de fundo: em maio e junho todos acreditamos exageradamente na vitória, mesmo sem polarização social e mobilização, e não demos importância a divergências que eram politicamente muito relevantes, mas que parecia que não pesariam nos resultados da eleição. Mais que tudo, tememos priorizar discussões que poderiam ser exploradas pela imprensa e pesar negativamente no resultado eleitoral.

O esvaziamento da direção

No decorrer do mês de julho, a situação política mudou de forma rápida e radical, e as instâncias do partido se desgastaram mais ainda. Por várias semanas (desde fins de junho) a discussão do "caso Bisol" fez com que as atenções da coordenação se desviassem da questão dos efeitos da nova moeda, justamente quando seu impacto foi se mostrando decisivo. Além disso, todo este episódio foi muito desmoralizador. A retirada de Bisol foi traumática: embora repetidas reuniões concluíssem pela manutenção de Bisol, membros da própria coordenação ou assessores faziam de forma explícita ou "em off" declarações à imprensa que bombardeavam as decisões tomadas e revelavam justamente as discussões que se tinha resolvido não divulgar. A manutenção de Bisol foi inviabilizada pela pressão da militância (em grande parte decorrente do que saía na imprensa) e pelo golpe de misericórdia dado pela bancada federal, que realizou uma espécie de "ato de desagravo" em defesa da grande imprensa, elogiando a sua postura no episódio.

Já na indicação de Aloízio Mercadante (que era o nome da preferência de Lula) ficou clara a falta de unidade na "nova maioria" na coordenação de campanha e na executiva: enquanto os integrantes da *Opção de Esquerda* declaravam preferir outro nome (no caso, o de Eduardo Suplicy), os da *Unidade na Luta* e do *Na luta PT!* apoiaram o nome de Aloízio Mercadante.

Após o desgaste do "caso Bisol", e no momento em que a situação de favoritismo de Lula ia sendo revertida, houve uma escalada no esvaziamento das instâncias formais. Por um lado, a coordenação foi ampliada fundindo-se com as reuniões da Frente, tornando-se muito menos operacional. Maior responsabilidade foi atribuída às reuniões do presidente e dos vices, com o secretário geral. Por outro lado, assessores de Lula em "off" fizeram ataques muito mais pesados à coordenação, responsabilizando-a pelas dificuldades. E a redução do número de participantes das decisões não as colocou ao abrigo das indiscrições: as decisões mais reservadas, tomadas em reuniões de pouquíssimas pessoas, chegavam às páginas dos jornais.

Nesse momento, membros da coordenação, integrantes da *Opção de Esquerda*, chegaram a discutir a possibilidade de

renunciar. Mas ninguém o fez, e foi uma decisão correta. Era correto não explicitar mais publicamente diferenças durante a campanha, e mais ainda, não renunciar à coordenação, mesmo com a consciência de que ela estava totalmente esvaziada e que seria responsabilizada por decisões que de fato ela não tomava: ainda que tivéssemos uma noção crescente da improbabilidade da vitória, não podíamos fazer nada que pudesse ser usado para tornar isso ainda mais difícil.

O maior esforço para a correção de rumos foi realizado na reunião do Diretório Nacional de 12 e 13 de agosto. Mas embora aí tenham sido realizadas discussões importantes, a reunião sequer conseguiu quorum para deliberar, e teve pouca repercussão.

Os limites da Opção de Esquerda

Podemos concluir que a “nova maioria”, especialmente a *Opção de Esquerda*, não conseguiu cumprir plenamente o mandato recebido no 8º Encontro: não conseguiu dirigir o PT para comandar uma campanha baseada na força da militância e na mobilização social, que polarizasse a sociedade, que pudesse compensar portanto a força do poder econômico e de mídia do grande capital, e a força da máquina do governo, com a força social da organização das camadas populares; não conseguiu contribuir suficientemente para o avanço necessário na formulação das nossas alternativas políticas, de modo a dar maior base e substância a um processo de polarização social; não conseguiu impulsionar a mudança esperada no funcionamento do partido, e na prática secundarizou esta questão; não conseguiu que houvesse durante a campanha um funcionamento coletivo das instâncias de direção do partido e da campanha, e não pôde evitar o seu esvaziamento em favor de formas de decisão paralelas ou centradas estritamente no candidato presidencial; foi presa tanto ou quase tanto quanto os outros setores do partido da ilusão de que era possível, ou mais que isso, provável, uma vitória eleitoral sem polarização e mobilização popular: subestimou o adversário tanto quanto os outros setores do partido, e não teve a capacidade de chegar a uma avaliação coletiva do principal instrumento do adversário (o Plano Real) e a uma definição das formas de enfrentá-lo. A DS participou destas falhas ao lado de toda a *Opção de Esquerda*, sendo que provavelmente errou com mais intensidade na avaliação de que o 9º Encontro tinha sido suficiente para armar o partido para a campanha, e na superestimação da unidade conseguida aí; por outro lado, errou menos do que a média na avaliação do Plano Real, participou com outros setores de uma tentativa de enfrentá-lo mais corretamente, e a partir de julho conseguiu mudar mais rapidamente a visão de conjunto da campanha (com escassa capacidade de influir em correções de rumo). Por exemplo, o *Em Tempo* nº 276, de agosto de 1994, faz uma análise das dificuldades e dos problemas de orientação da campanha que já corrigia a avaliação do número anterior. Por outro lado, como a DS sempre primou pela ênfase nas questões de construção partidária, o fracasso em avançar nestas questões é muito mais sentido por nós.

As demais correntes

Com relação aos outros setores principais do partido, ainda que não seja o objeto deste texto, cabe também um balanço rigoroso. Nesse sentido, apenas fazemos algumas observações. O *Na luta PT!* contribuiu para muitas discussões importantes. Mas, por não ter de fato formulado um projeto para dirigir o partido, não ter se dedicado a esta tarefa, teve uma participação que incidiu pouco na direção da campanha. Em algumas questões importantes (como a das alianças) teve uma posição mais diferenciada do que a *Opção de Esquerda*, reforçando a fragilidade da direção. A *Unidade na Luta* teve, em muitas questões decisivas, posições intermediárias entre as da maioria da direção e as de minorias que as contestavam (como aconteceu na questão da revisão constitucional). Politicamente, teve uma responsabilidade especial na construção de uma dinâmica de campanha de pouca polarização. A *Democracia Radical*, por outro lado, merece o balanço mais negativo, tanto pelas posições políticas quanto pelo descompromisso acintoso com a campanha presidencial e as campanhas majoritárias em geral.

Consolidar o movimento do 8º EN

Se observamos as disputas em que a maioria da direção nacional do PT enfrentou outros setores do partido (como

especialmente o enfrentamento com a ampla maioria da banca federal na questão da revisão constitucional), e se levamos em conta a dificuldade da tarefa que assumimos, e a correlação de forças entre os vários setores do partido na sociedade, a conclusão que se impõe é que o grande problema do 8º Encontro foi ter demorado a acontecer (com a consequência portanto de que a orientação anterior marcasse demais o partido) e o de ter sido muito insuficiente nas suas formulações políticas: em elaborar um projeto democrático e popular, em identificar os problemas que enfrentaríamos; e na pouca ênfase dada à necessidade de reestruturação do partido, de criação de canais para uma efetiva participação de toda a militância, etc. A *Opção de Esquerda* não esteve à altura das tarefas a que se propôs, mas trabalhou na direção correta. Esta avaliação é corroborada pelo fato de que em um dos estados em que a *Opção de Esquerda* tem maior influência, o Rio Grande do Sul, os resultados foram muito superiores ao conjunto do país.

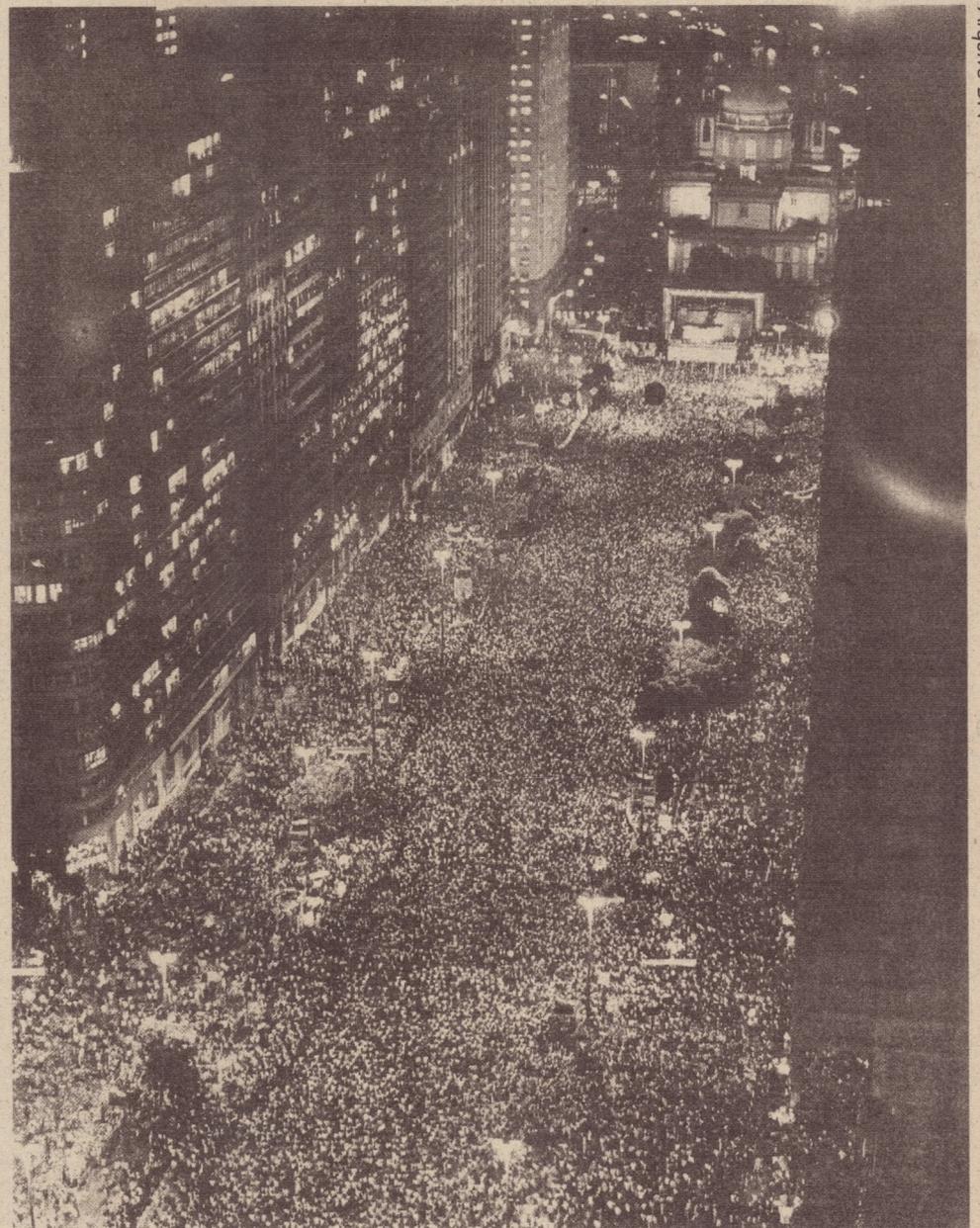
A conclusão que se impõe é que o que está na ordem do dia agora não é a negação do 8º Encontro, mas a consolidação e o aprofundamento do movimento realizado aí, de rearmamento político e organizativo do partido. Isso passa pela elaboração de uma crítica mais rigorosa do caminho que trilhamos nos últimos anos: de diluição política, reduzindo as nossas diferenças com a chamada “centro-esquerda” burguesa e perdendo referenciais socialistas; de estreitamento das nossas perspectivas, cada vez mais acomodadas à luta apenas institucional; de secundarização da atividade militante. E, sobretudo, pela formulação de propostas políticas mais claras, mais consistentes com nosso projeto socialista, e associadas a medidas para conseguirmos um partido mais organizado, coeso e militante, e mais capaz de dirigir uma oposição de massas ao atual governo e ao projeto neoliberal.

O 8º Encontro deu um passo à esquerda, que se mostrou muito insuficiente. É preciso completá-lo. □

São Paulo, fevereiro de 1995

As instâncias formais não dirigiram a campanha, que foi conduzida pelo candidato e seus assessores.

Rio de Janeiro, 1984: Manifestação de um milhão na campanha pelas diretas.



Arquivo DN

Um campo de esquerda

Por um PT socialista, democrático e militante

O PT está frente a novos e maiores desafios. Vence-los exige uma esquerda partidária mais coesa e organizada.

COORDENAÇÃO NACIONAL DA TENDÊNCIA
DEMOCRACIA SOCIALISTA

Uma das lições da disputa de 1994 é a de que nosso partido precisa dar um salto qualitativo na sua política e na forma de estruturar-se. Uma das condições para isso é a existência de uma esquerda partidária em condições de disputar a hegemonia do partido. É o que procura debater esta reflexão inicial da tendência Democracia Socialista e que pretende dialogar com todos que participam da Opção de Esquerda.

Novos desafios para o PT

Entramos em uma nova situação política no Brasil, fortemente determinada pelas transformações em curso no cenário internacional, pelas mudanças do capitalismo contemporâneo e pela crise dos antigos projetos socialistas.

Este curso desfavorável veio sendo contestado no Brasil devido à presença de um forte bloco dos oprimidos, liderado pelo Partido dos Trabalhadores. De fato, a situação brasileira contrastou com o predomina no mundo há uma década, com uma forte alteração na correlação de forças a favor do capital.

A eleição presidencial de 3 de outubro foi o ponto culminante da disputa pela saída da crise nacional. Foi um duro teste para o PT. Seu resultado é uma derrota importante para a esquerda e o povo de nosso país, com repercussão internacional. Mostrou que o partido não estava preparado para enfrentar o nível de confronto exigido para conquistar o governo com uma proposta de transformação da sociedade, onde tem que se chocar duramente com as forças conservadoras.

A nova situação exige do PT mais capacidade de intervenção, coesão e iniciativa políticas, tanto para combater e contrapor-se à implementação do projeto neoliberal de FHC e do FMI, como para contribuir para refundar uma visão de mundo socialista e revolucionária. Esta é uma condição inclusive para o partido restabelecer sua capacidade de lutar pelo poder.

A disputa de rumos do partido voltará a se colocar com muito mais força e de forma diferente do passado. Temos pela frente um inimigo mais estruturado, com mais poder de atração, que alcançou atra-

vés das eleições a direção política que lhe faltava para implementar o programa neoliberal como um todo. De outro lado, convivem hoje no PT e disputam a definição de seus destinos visões sociais de mundo e projetos políticos bastante distintos. E não temos a curto prazo um objetivo global - como foi a disputa presidencial de 1994 - capaz de amalgamar estas diferenças e lança-las num projeto estratégico comum.

Para dirigir o PT, contribuir de forma decisiva para contrapor-se ao neoliberalismo e reconstruir uma estratégia em relação ao poder é insuficiente propor a reafirmação dos campos à esquerda até agora existentes. Precisamos aprender com os nossos erros e com a experiência da disputa recente. Fomos bem sucedidos no debate interno e na reorientação de rumos do partido, em especial no 8º Encontro; conseguimos reunir nas posições que se fizeram majoritárias mais do que as forças em torno à Opção de Esquerda. Mas não conseguimos dirigir o partido nos momentos mais decisivos. A construção de campos deste tipo dentro do PT, que têm sua fase mais ativa na antevéspera dos Encontros e que depois perdem capacidade de direção política e orgânica, já não tem como fazer frente à

magnitude das tarefas colocadas.

É tarefa da esquerda petista capacitar o partido a recuperar sua condição de disputar o poder na sociedade brasileira a partir de uma proposta transformadora. Uma esquerda fragmentada e pouco orgânica é incapaz de cumprir este papel.

A nova situação nacional

A grande unificação de forças sociais e políticas em torno a FHC não foi circunstancial e não dá margem a dúvidas sobre o caráter do governo. Constituiu-se a partir do deslocamento político do PSDB para a direita e de sua aliança com os setores mais atrasados da burguesia brasileira (representados pelo PFL, PTB, PL e PP). Dispõe de capacidade de iniciativa e de um projeto anti-popular coerente, operando para restabelecer uma hegemonia burguesa duradoura na sociedade brasileira.

O programa que unifica estas forças e dá coerência ao novo governo tem como base um princípio geral: a supremacia do mercado (e para ser mais exato, do mercado internacional). As bases deste programa foram lançadas pelo governo Collor, mas faltava-lhes direção política.

Assim, a eleição de FHC cumpre o objetivo estratégico de superar a ausência de um núcleo de direção burguesa legitimada para impulsionar o projeto neoliberal. Mas não elimina automaticamente a resistência social e a possibilidade de continuar a chocar-se com uma alternativa tendo como referência o PT e a CUT. Isto ainda depende fundamentalmente da evolução que terão agora o PT, a CUT e os movimentos sociais.

A situação internacional

Hoje no mundo vive-se um refluxo das lutas sociais anti-capitalistas ou anti-imperialistas, configurando um período de vasto domínio das forças e idéias capitalistas.

É resultado não só da queda dos regimes burocráticos e sua substituição por processos direcionados à restauração capitalista, mas também de um conjunto de movimentos: um intenso processo de reorganização econômica e produtiva do capital, internacionalização de decisões políticas e de formas de regulação econômica, transformações na divisão internacional do trabalho e nas relações entre os países (marginalizando de forma dramática o chamado terceiro mundo), mudanças profundas ao nível das classes sociais. É um quadro, de outro lado, impossível de compreender se não se destaca a sua dimensão política, ou seja, a intensa internacionalização política da burguesia em contrapartida à ausência de uma internacionalização política dos trabalhadores. A ofensiva burguesa têm se dado em um ambiente em que os setores revolucionários dos trabalhadores são minoritários, em que a social-democracia desacreditou a reforma e os partidos estalinistas a revolução.

Ainda que muito desfavorável para a esquerda, a situação mundial está longe de ser estável e pacífica - como tem demonstrado toda uma série de conflitos de ordem econômica e política (inclusive várias guerras recentes ou em desenvolvimento).

Neste quadro adverso, a situação brasileira destoou bastante, com a possibilidade de um projeto de esquerda disputar a direção política do Estado, ter uma estratégia viável em relação ao poder.

A derrota política do campo democrático e popular, se aprofundada, pode fazer o Brasil mais parecido com o mundo.

É neste terreno bastante desfavorável que os socialistas estão chamados a elaborar e desenvolver um novo projeto socialista. Novo porque se desenvolve após a derrota da transição nas sociedades pós-capitalistas (aí incluindo-se, claro que com responsabilidades bem distintas, as concepções conhecidas como "estalinistas" bem como as que a ela se opuseram) e da social democracia na Europa ocidental. Nosso desafio é contribuir para refundar uma visão social de mundo socialista, democrática, libertária, ecológica, multi-étnico, feminista e internacionalista.

Novas tarefas na construção do PT

Estamos frente a três tipos de desafios: organizar o enfren-



J. R. Ripper/F4

Rio de Janeiro, 1986: Abraço à Lagoa.

tamento ao projeto neoliberal no Brasil; contribuir para restabelecer um projeto socialista e um caminho para realizá-lo; e defender e desenvolver a organização partidária e dos movimentos sociais como sujeitos históricos nas lutas em curso e tendo em vista a transformação da sociedade.

a. De imediato, com a posse do novo governo, travaremos diversas *disputas em torno de questões concretas*, principalmente na:

* *questão da estabilização*, tema central da disputa política atual na sociedade brasileira;

* *questão tributária*, onde a reforma fiscal é uma prioridade para o governo FHC e nossa bancada terá que se posicionar frente à propostas apresentadas. Neste momento, travaremos uma importante disputa;

* *questão social*, abarcando os temas da:

- reforma do sistema de previdência social;
- reorganização da legislação trabalhista e sindical;
- geração de empregos;
- política salarial, onde FHC recuou até mesmo da meta do salário mínimo de cem dólares, levantada por Itamar;
- fim da violência contra os trabalhadores rurais e assentamento imediato das famílias acampadas;
- luta contra a privatização das empresas estatais e defesa dos monopólios estabelecidos pela Constituição de 1988, com reformas que garantam uma ampla democratização e controle social das estatais; e,
- defesa dos serviços públicos, particularmente no combate à privatização crescente dos sistemas de educação e saúde e na reversão do seu sucateamento.

Temos também que avançar na luta pela democratização dos meios de comunicação de massas, desencadeando ampla campanha com a mobilização da sociedade civil.

O PT terá papel decisivo na articulação e politização destas lutas. Os confrontos com o governo FHC refletirão contradições profundas de visões de sociedade. Logo, será necessário que o PT conduza estas lutas do ponto de vista de um projeto alternativo, evitando uma definição puramente tática, ponto por ponto.

b. Para confrontar o projeto neoliberal é preciso *aprofundar a nossa alternativa programática*, com destaque para questão econômica mas de modo nenhum exclusivamente centrado neste ponto.

O PT será cobrado a enfrentar rapidamente suas deficiências programáticas. Enquanto o programa neoliberal no Brasil está intacto, *os limites do nosso programa* não serão superados a curto prazo. Devemos, no entanto, partir do programa de governo de Lula como o patamar mínimo. É fundamental que o PT não se restrinja apenas a criticar os efeitos do ajuste neoliberal, mas sim sua própria concepção. E teremos que aprofundar esta elaboração enfrentando o aprofundamento da diferenciação no interior dos setores populares. Para dar conta da segmentação social dos setores populares, devemos buscar atualizar a estratégia política do PT.

O trajeto que nos propomos a percorrer não se limita às fronteiras do capitalismo. A consistência do programa democrático e popular está vinculada também a capacidade de não só propor alternativas concretas ao neoliberalismo mas também encadear estas propostas como passos para a construção de outra sociedade. Neste sentido, articula-se estreitamente com o esforço de restabelecermos um projeto socialista consistente, a visão de outra civilização, capaz de oferecer um horizonte para a atuação de importantes setores sociais e vertebrar a constituição de outra hegemonia na sociedade brasileira e em nosso mundo cada vez mais internacionalizado. Nossa discussão programática é parte integrante do debate que vem sendo travado pela esquerda no plano internacional.

c. Uma das maiores lições que devemos tirar de nossa derrota em 3 de outubro é a de que é impossível derrotar as elites sem uma sólida organização partidária e sem uma forte mobilização social. Não basta o prestígio popular de nossas lideranças e também não é suficiente demonstrar o avançado grau de corrupção das elites. Mais claro ainda está o fato de que as classes dominantes não se deixam enganar por concessões programáticas de nossa parte; ao contrário, elas se aproveitam disto para nos desacreditar frente à nossa própria base social.

Esta visão nos remete para uma profunda reavaliação da nossa organização partidária, da realidade no interior dos movimentos sociais e das formas de relação com a maioria da população. Desde antes do 1º Congresso vimos apontando alguns dos limites que a nossa organização vem enfrentando, que sintetizamos na crítica ao *estritamento institucional* do

partido (implicando no esvaziamento da democracia interna, na multiplicação de centros autônomos de poder, no enfraquecimento da organização de base, no afastamento face aos problemas vividos pelos movimentos, enfim em uma perda de identidade coletiva e orgânica da nossa militância). A luta para encontrar respostas radicais a estas questões não pode mais ser postergada.

Neste novo quadro a luta pela maioria do partido para as posições de esquerda é mais complexa. Não depende apenas das disputas internas ao partido; tem muito a ver com o desenlace dos conflitos sociais e com a capacidade de organização dos movimentos.

O tempo político que dispomos para isso é limitado. Ele é, em boa medida, determinado pela capacidade de resistência às iniciativas do novo governo e de construção de uma alternativa ao neoliberalismo no país. Quanto mais rápido se der a recuperação, por parte da esquerda, da capacidade de disputa pela hegemonia do partido, maiores serão as possibilidades do PT resistir à difícil conjuntura que adentramos como portador de um projeto de reformas radicais coerentes e vir a se credenciar como alternativa não apenas eleitoral mas também social.

Formar um campo da esquerda

Propomos recompor, fortalecer e ampliar o campo que se formou em torno à Opção de Esquerda, recuperando e desenvolvendo os objetivos a que se lançou, buscando uma nova coesão orgânica.

Nosso ponto de partida na Opção de Esquerda tem um significado muito concreto: pensamos em um campo que tenha como objetivo a luta por uma direção socialista para o PT, que se paute por compreender um papel para a esquerda que visa a hegemonia e não qualquer espécie de defensismo ou posturas doutrinárias no debate partidário. Requer por isso capacidade para unificar-se em um campo orgânico e, simultaneamente, capacidade para o diálogo com o conjunto dos filiados petistas. Pressupõe a defesa e a continuidade de uma experiência de construção partidária que o PT soube sintetizar.

Um campo com estas características demanda um processo novo de debate e também novas formas organizativas, voltados para a construção de uma nova prática partidária. É preciso um grande esforço comum para concretizar uma intervenção contínua no processo partidário e que também se referencie nas lutas sociais em andamento. Neste sentido apresentamos a proposta de um *jornal* como expressão deste campo. Sem concorrer com os instrumentos de todo o partido, este instrumento visa constituir processos mais coletivos no interior deste campo e propiciar melhores condições de influenciar os rumos partidários, fazendo chegar a um número expressivo de filiados a luta pela resolução dos grandes problemas de construção que temos pela frente. Enfim, este jornal poderá cumprir a função de "organizador coletivo", um instrumento capaz de ajudar a organizar militantes para a luta social e política. Este projeto editorial comporta também a edição regular de *cadernos* para o debate programático e estratégico.

Para a tendência Democracia Socialista esta avaliação implica em tarefas políticas e organizativas claras: a necessidade de impulsionar a formação de um campo político que possibilite um salto de qualidade na recomposição e na unificação da esquerda petista; e, dentro deste processo, buscar organizar em uma mesma tendência, sob bases políticas claras e num quadro orgânico democrático e militante, companheiras e companheiros atualmente dispersos em seus vários componentes, com um destaque para aqueles hoje integrando a "Opção de Esquerda". □

**É preciso
fazermos um
grande esforço
para uma
intervenção
conjunta dos
membros da
Opção de
Esquerda.**

**Um jornal que
expresse um
campo de
esquerda é
instrumento
insubstituível
para a coesão
da militância
combativa do
PT.**

**Assembléia
Constituinte em
1987**



Salomon Cyrnowicz/F4

NAUMI A. DE VASCONCELOS

Se o medo leva a inventar histórias de arrepio, deve ter sido ele que engendrou a lenda segundo a qual em um remoto e frio 8 de março (1908) várias operárias da indústria têxtil de Nova York morreram queimadas, em incêndio provocado, na fábrica onde se reuniam em greve contra as más condições de trabalho. Essa fogueira de bruxas no início do século deu origem ao Dia Internacional da Mulher. Só que nada disso parece haver acontecido. Nenhum documento, nenhuma testemunha foram encontradas para corroborar uma versão de que, além disso, esbarra em um sério empecilho histórico: 8 de março de 1908 cai num domingo - dia pouco indicado para deflagrar uma paralisação de trabalho... A origem de 8 de março é outra e nada tem de sacrifício, mas de vitória. Surpreendente descoberta que aparece em um livro lançado em 1984 mas que passou 10 anos de sua publicação ainda continua largamente ignorado. Terá acontecido com o livro o mesmo que aconteceu com a origem do 8 de março - um boicote, um esquecimento? Afinidade das mais interessantes entre uma obra e seu relato que convém finalmente trazer a público.

Como acontece com muitas descobertas, tudo começou por acaso, em um verão de 1978, em Estocolmo, onde uma livreira feminista consegue interessar uma visitante no assunto da origem do Dia Internacional da Mulher, acabando por convencê-la de pesquisar documentos a respeito em seu retorno aos EUA. Fácil, pensa a visitante, e põe-se a campo em bibliotecas, arquivos de jornais, universidades, centros de documentação. O fácil se torna aquilo que só era porque não se sabia o que era tão fácil. Ninguém viu, ninguém sabe, nunca ouviu, sabe-se que existe mas não se sabe aonde etc. Começa a fase alucinatória da missão e a futura autora de um livro que ela nunca pensou em escrever passa a sentir-se "tão fantasmagórica quanto o 8 de março". Situação intolerável para quem se define como sendo "capricorniana por nascimento e obstinada por natureza". Sorte nossa: Renee Coté entra no tunel do tempo e vai mapeando a trilha do 8 de março em um trabalho que dura seis anos, resultando no livro *La journée internationale des femmes ou Les vrais dates de mystérieuses origines du 8 de mars jusqu'ici embrouillées, Truques oubliées*. Montrel, Les Edition du Remue-menage, 1984.

As mulheres e os socialistas

Vale apenas saber que em 1901 surge nos EUA a "União Socialista das Mulheres", cuja principal preocupação era a de convencer os socialistas de que as mulheres perderiam ser-lhes muito úteis, por quanto segundo uma de suas porta-vozes (Mari A. Garbutt) elas teriam aquela pertinácia que "não lhes daria repouso enquanto não houvessem convertido seus pais, seus maridos, seus amantes" ao socialismo. Mesmo um proselitismo assim tão convulso não consegue, no entanto, as simpatias do partido para a recente União que morre mansamente de cólera recessiva em 1904. A "União", mostra uma coisa que o feminismo vai herdar até os nossos dias - é nela que fica clara a divisão dentro do mesmo entre feministas-socialistas e socialistas-feministas. Querela que até hoje abusa da nossa paciência - as primeiras defendendo a autonomia da organização das mulheres que, embora ligadas ao partido, recusam sua jurisdição; as segundas, o contrário.

QUEM TEM MEDO DO 8 DE MARÇO?

Surgem os anos 1904-1908, anos de chumbo para as "segundas, o contrário" e anos floridos para as primeiras que passam a fundar, por conta própria, os Clubes de Mulheres que proliferam nos States, enquanto as outra engolem sapos nas reuniões partidárias: a campanha do sufrágio feminino é considerada "negligenciável" pelos camaradas, assim como suas pretensões de "educarem as mulheres para o socialismo" - a verba de que dispõe para isso é de apenas 2% de um total recolhido por elas mesmas; igualmente a representatividade das mulheres como delegadas do partido não atinge o aumento esperado. História antiga, como se vê.

Chegamos a 1908 e nada de 8 de março. Acontece alguma coisa, mas é no dia 3 de maio. Não em Nova York, mas em Chicago. Não se trata de uma greve e sim de uma Jornada para Mulheres no Teatro Garrick, com a finalidade de "mobilização para o voto feminino e contra escravidão sexual". Trata-se do primeiro "Women's Day". A surpresa aumenta quando se

constata que em agosto de 1910, em Copenhague, por ocasião da Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, Clara Zetkin propõe que "se siga o exemplo das camaradas americanas" pelos direitos políticos das mulheres e que se institua um Dia Especial da Mulher a ser celebrado anualmente, sem marcação de mês ou dia, por razões não muito difíceis de se adivinhar (em todo caso, esse "filme" sem Melina Mercuri não é a mesma coisa...). Até que chega o ano de 1917 e com ele o primeiro 8 de março.

8 de março, início da revolução

Um grande número de mulheres operárias, contrariando as ordens do partido que achava "não ser ainda a hora", resolve não esperar mais e sai as ruas de Petrogrado em 8 de março de 1917 (27 de fevereiro pelo calendário russo), precipitando a revolução russa.

Eis a verdade histórica, boicotada até então, mas que dois proscritos, de Trotski e Kollontai, deixaram documentada. Essa participação decisiva da mulher naquela revolução se patenteia ainda dos primeiros 8 de março serem denominados Dia Internacional da Mulher Comunista. O adendo final se perdeu a medida que esta data se espalhou pelo mundo ocidental, mas o importante, o imensamente significativo, é que a origem da data prende-se não a um sacrifício de mulheres, mas a uma vitória das mesmas. Que a falsa versão vitimista tenha sido preferida a versão real é um claro indicativo de como a história se presta a manobras sexistas - o eterno feminino sofredor parece ser sempre mais conforme as representações de que um novo feminino reivindicativo. Maneira tenaz de encurralar a mulher no masoquismo, sem distinção de ideologias: mesmo na Rússia e nos países comunistas prevaleceu a versão das operárias queimadas de Nova York. Ao lermos Kollontai compreendemos melhor esse boicote:

"Tomei consciência (em 1905), pela primeira vez, da indiferença do nosso partido para com a vida das mulheres da classe operária e verifiquei o quanto era pequeno o seu interesse pela libertação da mulher... Minhas teorias, minhas idéias sobre sexualidade e a moral foram combatidas, obstinadamente, por numerosos camaradas do Partido, homens e mulheres."

Alexandra Kollontai é promovida em 1922 para o serviço diplomático, jeitosamente exilada.

Não será lembrada na história do Dia Internacional da Mulher, aparecendo em seu lugar Clara Zetkin, certamente mais de acordo com a ortodoxia sexista do partido com seu feminismo "oficial".

Eva ou Lilith? A manipulação da origem de 8 de março evoca curiosamente a da origem da mulher dentro da mitologia judaico-cristã. Eva é apresentada como sendo a primeira mulher criada, obscurecendo um relato bíblico anterior que aponta a origem do feminismo em Lilith, figura que, contrariamente a Eva destaca-se pela autonomia e pela insubmissão. Essa origem, não convivendo a representação social da mulher, foi cuidadosamente "esquecida". Entre Eva ("destinada a parir na dor") e as operárias de Nova York ("perecendo entre chamas") existe uma semelhança que se opõe a essa outra semelhança entre Lilith e as impacientes de Petrogrado. Cabe as mulheres e ao feminismo reconhecerem, ou decidirem sua semelhança. □

Naumi A. de Vasconcelos é professora do Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidade e Ecologia Social da UFRJ.

